
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Reunião extraordinária	Nº: 0029/00	DATA: 20/01/00
DURAÇÃO: 02h17min	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 14
SUPERVISOR: J. CARLOS		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
SUMÁRIO: Reunião interna para agendamento de trabalho.		
OBSERVAÇÕES		
Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis. Há apartes paralelos. Inaudíveis.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está aberta a reunião. Há número legal. A presente reunião se destina a examinarmos assuntos de interesse desta Comissão, mas antes nós vamos colocar em votação a ata da 13ª reunião. Cópia foi distribuída aos Srs. Deputados. Se ninguém pedir a dispensa da leitura...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente, como a cópia da ata já foi distribuída e todos tiveram oportunidade de lê-la, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dispensada a leitura.

Não havendo quem queira discuti-la, eu a coloco em votação. Os que permanecerem como se encontram estarão aprovando. (Pausa.) Está aprovada a ata. A presente reunião foi convocada para deliberarmos sobre assuntos internos. Eu gostaria de começar por duas proposições que foram feitas na reunião anterior pelo Sr. Relator, se nada houver em contrário. Eu só demorei para começar a reunião porque a Secretaria ainda não me forneceu todos os dados, apesar de terem trabalhado noite a dentro, segundo me informa o Secretário. (Pausa.) As duas proposições do Sr. Relator.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um minutinho, Deputado, por favor! Se eu não sei explicar, eu vou renunciar à Presidência. (Pausa.) Propostas das Sub-Relatorias e proposta da CDE, que dependia apenas de fax. Enquanto esses documentos chegam à Mesa, para a distribuição, o que já devia está pronto, eu coloco a palavra à disposição dos Srs. Deputados. Tem a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente e Sr. Relator, no intuito de colaborar para o melhor rendimento desta reunião, ainda que esteja circunstancialmente faltando aquilo que o Presidente está encaminhando, eu sugeriria que o Presidente ou o Sr. Relator fizessem para a Comissão... Porque eu não posso generalizar, mas, da minha parte, talvez eu não retenha todos os informes, porque... O que eu julgaria oportuno, era a partir do que foi o objetivo da formatação da CPI, que nós comparássemos as iniciativas que já foram tomadas e aquelas que eventualmente julgássemos, coletivamente, necessárias para colimar os objetivos. Então, eu penso como ontem o Sr. Relator e o Sr. Presidente, ou um

dos dois, me parece, que já ia nos dá informe daquilo que foram os requerimentos etc... E aí para a gente ver em que pé nós estamos e eventualmente apresentamos sugestões.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa.a palavra, Deputado Luiz Bittencourt.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria apenas fazer aqui um pequeno comunicado. Ontem, uma das matérias de destaques do Jornal Nacional da **TV Globo** foi a descoberta de uma fábrica de produtos farmacêuticos clandestinos na cidade de Uberlândia, produtos que são distribuídos para todo O país. Eu sugeriria que uma comissão de membros desta CPI pudesse fazer uma visita lá, **in loco**, e iniciasse uma caminhada já pelo País com relação a fatos como esses, que já são de conhecimento público e que nós pudéssemos ter uma estratégia também, principalmente, de avaliação dessas denúncias que são feitas pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É uma proposição que V.Exa. faz. Há um hábito aqui da Comissão, nobre Deputado, de fazer sempre essas proposições, por escrito. Aliás, não é hábito; é regimental. Eu incluiria a proposição de V.Exa. entre aquelas de roteiro, para a gente examinar. Eu não sei se V.Exa. entende. Eu queria que nós decidíssemos talvez esses dois requerimentos, mas a sugestão do Deputado Arlindo Chinaglia enseja a que eu dê a palavra, desde logo, ao Sr. Relator, se quiser se pronunciar sobre a matéria. Eu havia pedido, do ponto de vista meramente burocrático, que o Secretário preparasse um documento, ou diversos documentos, onde se encontram os requerimentos já aprovados. Dos requerimentos já aprovados, aqueles que já foram feitas as convocações, aqueles que já foram ouvidos, aqueles que não estão ouvidos e aqueles que estão por ser examinados. Havia pedido também para nos informar, em definitivo, todos os pedidos de informações que já chegaram e aqueles que faltam chegar para que a gente pudesse avaliar e reavaliar. Esse conjunto de medidas eu venho pedindo há alguns dias e pedi à Diretoria-Geral para melhorar o pessoal da Secretaria, e não consegui ainda todo o intento, entendeu? Mas eu espero que a gente hoje possa sanar isso ainda a tempo desta reunião. Segundo me informam esses documentos estariam no xerox, como os senhores viram, sem nenhuma prioridade, como devia ser. Os requerimentos deviam estar todos aqui,

aqueles ainda para analisar. Bem, há mais um fato. Ontem, o doutor, a assessoria do Dr. Armínio Fraga telefonou sugerindo datas, e eu acertei com eles o dia 1º de fevereiro para a vinda do Presidente do Banco Central; de forma que deve haver então, deve trazer aquelas informações todas e, seguramente, eu acho importante. O que eu quero dizer aos Srs. Deputados é que eu considero que os trabalhos da Comissão, até aqui, eles vêm se processando normalmente. Faz parte de qualquer Comissão a coleta de informações. Eu acho que o que nós temos, no meu entender, falhado é na análise dessas informações, e a partir daí as providências que se fazem necessárias. Acho que nós já temos muitos documentos. Todos entregues aos Srs. Deputados, exceto dois que pelo volume se encontram na Secretaria, com o Relator e na Secretaria. Mas eu acho que essa coleta de dados... O que nos falta é analisar e, a partir daí, requerer as informações que são necessárias e estabelecer as providências que serão necessárias e que não sei se deveremos funcionar com sub-relatórios. Nós temos conversado com o Relator sobre a idéia de sub-relatorias. Isso o Relator apresentou; é um documento que eu queria entregar cópias – três relatorias. Eu não sei se não seria o caso de a gente até ampliar, porque há dois aspectos que não estão cobertos, que são os insumos hospitalares, que não tem ninguém trabalhando nisso e faz parte da CPI, e acho que isso seria importante que a gente fizesse. E também há um outro... Aliás, materiais hospitalares; e o outro, insumos de laboratório. O pessoal insistiu com insumo de laboratório e ninguém está analisando especificamente.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como? As três são o problema de medicamentos falsificados e roubo de cargas.

(Não identificado) - Com reflexão no preço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - INPI.

(Não identificado) - Patentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E a outra é...

(Não identificado) - A outra é acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Do inquérito, aquele...

(Não identificado) - E do CDE, também. Cartelização. Fundo de Cartelização e acompanhamento. Nós agora pedimos a palavra, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Só para concluir, tudo bem é que eu pedi para você me ajudar mesmo.

(Não identificado) - Então, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora, já tenho uma cópia aqui que são sobre patentes; que é o negócio do INPI, as patentes, sobre patentes, que é negócio de INPI, as patentes, sobre falsificação e divisas de medicamentos, né? Que é esse problema de roubo etc. E a outra seria sobre acompanhamento do inquérito, nós já até havíamos falado, daqueles laboratórios que atuam ou se propuseram atuar contra os genéricos. Há uma idéia de nomear apenas um Relator e há uma idéia maior que seria fazer uma subcomissão, de nomear três, um Relator e mais dois, para mutuamente se ajudarem. Se, por exemplo, esse caso típico, se não for a Comissão — é o caso de Goiás — e for três Deputados, digamos, pra isso, isso pode ser uma Comissão ocasional, não é? Um Deputado só já tem mais dificuldade e tal etc. Mas eu deixo à consideração. A Comissão do Narcotráfico usou a tecnologia e tal. De repente, precisa ouvir uma pessoa, precisa fazer um relatório. Então, eu não sei... Eu deixo à consideração essa idéia sobre isso. Não sei se eu dou a palavra ao Relator, para que se pronuncie primeiro. Em primeiro lugar, Deputado Robson Tuma, o Relator já estava com a palavra e eu estava... Eu pediria que ele...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu serei breve. Eu não me oponho a nada que a Comissão delibere. Tudo o que vier pra ajudar, pra somar, é bom. Não tenho nenhuma postulação sobre regra de procedimento. Depende da Comissão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta ao Sr. Relator? Eu penso que o nosso esforço aqui, Sr. Presidente... Posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ao estabelecer objetivos que já temos, pode não estar claro coletivamente, pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu já tinha...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sim, quais são os passos. Por exemplo, como é que nós vamos obter planilha, custos, formatação de preços etc. Eu queria ver assim, porque com certeza é uma coisa que tem uma estratégia, pra gente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Nós estamos fazendo um monte de assuntos cruzados. Eu acho que o que V.Exa. coloca é oportuníssimo, Deputado. Eu não tenho nenhuma objeção. Eu estou apenas querendo ordenar,

porque, compreende? Agora, eu tinha recebido uma sugestão, veja, se nós iríamos ficar com um Relator ou se deveríamos ficar com uma subcomissão. O Relator diz que está de acordo com qualquer coisa. Bom, eu também estou de acordo com qualquer coisa, muito mais eu, que sou Presidente apenas. Eu quero saber o que pode produzir melhor resultado pra Comissão, não é?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria, só pra dar prosseguimento, que nós definíssemos as subcomissões. Eu acho que é fundamental. A partir daí, nós... Dentro dessas subcomissões, nós já definiríamos, por exemplo. Cria a subcomissão da falsificação, de carga, de roubo de carga. Então, listaríamos as atividades dessa subcomissão. E, aí, alocaria esse problema que o Deputado Chinaglia está levantando. Dentro de cada subcomissão — e eu acho que deveria ser acrescida de mais pelo menos uma ou duas —, nós colocaríamos as atribuições dessa subcomissão, Presidente. E, aí, com certeza facilitaria, agilizaria, o trabalho. Só isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente, eu gostaria que fosse... Presidente, nessas sugestões de subcomissões, eu gostaria que fosse apreciada também a possibilidade de nós termos uma subcomissão que analisasse os balanços, as importações, as exportações, uma análise dos balanços dos últimos cinco anos de todas empresas, que já é objeto de um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Eu peço ao Sr. Secretário que vá anotando todas as sugestões, para oportunamente tomarmos deliberações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Pela ordem, Sr. Presidente.
O Deputado Linhares... Bom, pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Bom, eu penso que nós teríamos Comissões voltadas para o objeto formal da nossa CPI. Qual foi o primeiro capítulo da CPI? Não foi o abuso de preço dos medicamentos?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Então, a primeira Comissão seria, na subcomissão, caso o Sr. Relator e o Sr. Presidente concedam, seria uma Comissão para analisar em profundidade qual é a realidade desse abuso, quem é realmente, que está abusando de preço. Então, pra isso nós teríamos uma ajuda, por exemplo,

do Conselho de Farmácia, e nós iríamos elencar os mesmos produtos e, com isso, nós poderíamos estender esta subcomissão, para... colocando o aspecto de preço, já que nós vamos analisar preço... Aí nós tomaríamos preço de medicamento e preço de insumos hospitalares, materiais e insumos hospitalares. Pra isso, teríamos já um caminho. Temos aí o Conselho Regional, o Conselho Federal de Farmácia, que já tem esse trabalho praticamente estabelecido. Seria esta subcomissão se reunir com a assessoria, elencar isto, isto, isto, por que este subiu isso, isso, isso. Então, esta seria uma primeira subcomissão, uma subcomissão que viria trazer ao Relator, ou melhor, trazer aqui ao Plenário, depois, ao critério do Relator, um trabalho bem concreto. E, dentro desse trabalho concreto, partiríamos para uma ação também concreta. Ontem foi dito nesta Comissão que, apesar de todo o nosso trabalho, os medicamentos continuam subindo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu queria apenas ponderar uma coisa como regra de procedimento. Eu concordo com qualquer deliberação da Comissão, mas estou à vontade para pessoalmente aceitá-la ou não como indivíduo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Mas, então, me permite, Relator. Eu vou adotar o seguinte: esse assunto de sub-relatoria...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - De sub-relatoria não, de subcomissão. Sub-relatoria é uma coisa. Nunca vi CPI com subcomissão. O Relator perde toda a função! Sub-relatoria tá certo. Agora, subcomissão, eu pessoalmente acho temerário, e não é da tradição da Casa. Agora, uma subcomissão para uma diligência em Uberaba, tudo bem. Uma subcomissão para exame de um documento contábil, tudo bem. Vão os colegas, tudo bem, trazem umas... Agora, subcomissão permanente, deliberando?! O que V.Exa. e eu... Afinal de contas, nós temos responsabilidade. V.Exas. haverão de convir que temos que fazer um trabalho harmônico e não dividido. No caso, por exemplo, de Uberaba cabe imediatamente uma subcomissão pra ir lá. Eu, por exemplo, não posso nem ir, porque tenho um compromisso em Natal.

(Apartes paralelos. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Deixa eu terminar por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Perdão, perdão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - O aparte de V.Exa., ele realmente se insere. Mas se eu usei a palavra subcomissão foi **lapsus memoriae** – se eu estou recordando o seu latim. Eu queria dizer mesmo uma subcomissão, uma subcomissão que estude preço, que é uma das finalidades desta Comissão. Então, estudaria três grandes segmentos de preço, preço de medicamentos, preço de insumos hospitalares e preço de laboratórios e preço de materiais hospitalares. Pronto, seria uma subcomissão específica pra isso... Sub-relatoria, desculpe a palavra. A outra subcomissão seria essa... sub-relatoria. A questão é que hoje eu tô... Ontem houve a festa do Jarbas Passarinho. Terminou duas horas da manhã. Então, ficou muito tarde, né? É por isso que eu cheguei 8h01min. É que eu era o orador da turma. (Risos.) Depois, outra sub-relatoria, para estudarmos esse conjunto, né? Falsificação, venda de carga etc, dentro desse bloco. E uma terceira sub-relatoria seria verificar o restante dos temas. Pronto, três sub-relatorias, e levaríamos, aportaríamos ao Relator o que nós apurássemos. Eu acho que V.Exa. tem toda a razão quando diz: "Não, nós vamos distinguir para unir e não distinguir para nos separarmos." Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Linhares. Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu acho que... Eu tenho acompanhado as CPIs da Casa, e eu acho que o Relator tem certa parcela de razão, e os membros aqui têm colocado com certa parcela de razão. Eu acho que, devido a um pouco de experiência que eu tenha tido nas CPIs, eu acho que eu posso fazer uma proposta que contemporiza tudo. Então, por exemplo: é nomeado aqui um sub-relator para assuntos de preços, como propôs o Deputado Zuppo e como propôs o Deputado que me antecedeu. Então, nós vamos lá. Aí, nós descobrimos que existe uma empresa em São Paulo que fabrica remédios e que o preço... o cara fez um rolo na balança, na tabela dele e aumentou o preço em 100%. Aí o sub-relator vai a São Paulo, a esta empresa, acompanhado de mais três Deputados. Então, na verdade, nós teríamos um sub-relator para cada assunto, que V.Exa., como diz o Regimento, nomeia os sub-relatores que achar necessários, tantos quantos que o senhor achar, o Relator achar necessário, e esse sub-relator fica responsável por aquela área. Quando precisar de fazer uma diligência lá, porque houve uma briga entre duas empresas sobre problema de patente – o sub-relator vai, acompanhado de mais dois ou três Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele vai, mas acompanhado de dois ou três. Esses dois ou três não fazem parte dessa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não existe uma subcomissão constante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É uma subcomissão que não existe, então?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É um grupo-tarefa, é um grupo de diligência que vai acompanhar o Sub-Relator, porque aí daria o peso de diligência que a Comissão precisa, para que aqueles dados possam oficialmente entrar como conteúdo principal do relatório do Relator, e, ao mesmo tempo, o Sub-Relator passa a ter uma função de também fazer o sub-relatório daquela diligência. Então, aquele aspecto que vai se discutir, ele é oficializado, para que o Relator, amanhã, possa usar no relatório final; para que amanhã, eventualmente, precisando de uma quebra de sigilo, eventualmente se colhendo um documento numa empresa ou tendo que fazer uma apreensão de insumo para análise, ele possa, inclusive, constar como parte integrante, sem amanhã a Justiça dizer que não é prova. Então, eu acho que isso nós faríamos não uma Subcomissão permanente, mas os Sub-Relatores quando forem... Por exemplo, teve um roubo de carga na Bahia. Então, o Sub-Relator vai pra lá, acompanhado de mais três Deputados, fazer aquela diligência. Então, sempre estará presente o Sub-Relator da área, acompanhado de mais dois ou três Deputados, para darem o peso de diligência. Foi o que nós fizemos em Campinas, foi o que nós fizemos em Alagoas, foi o que nós fizemos em vários lugares na CPI, inclusive no Rio de Janeiro, na CPI do Narcotráfico. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Sérgio Novais. Estamos discutindo agora Sub-Relatoria, Subcomissão, sub não sei o que, tudo o mais, entendeu?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria complementar a proposta do Zuppo e do Padre José, que já definiram uma de preço, a segunda de roubo e falsificação, e a terceira ficou genérica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não ficou definido nada. Nós estamos conversando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, a proposta, a proposta, a proposta. Primeiro preço, segundo roubo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... e a terceira cartelização. Depois, vieram outras propostas do Presidente, que seria insumos hospitalares e laboratoriais e genéricos. E, agora, do Deputado Zuppo e do Deputado Linhares, que é de balanço das empresas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Então, queria fazer aqui uma proposta que contemple cinco Sub-Relatorias. Acho que concordo também com a visão do Relator. Acho que a Relatoria poderia agregar momentaneamente, né? Então, seriam preços, onde aqui estaria cartelização, planilha, tudo, tudo relacionado a preço; o segundo, roubo e falsificação. (Pausa.) Pode ser, né? Vamos ver como é que vai ser isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Na proposta tá falsificação e roubos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É, falsificação e roubos, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E desvios, nem é roubo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Desvios. A terceira Sub-Relatoria, Sr. Presidente, eu tô propondo aqui que seja genérico, só sobre genérico. Analisar a lei e seus devidos encaminhamentos, só sobre genéricos. A quarta, seria sobre vigilância sanitária, que é um dos problemas que nós detectamos aqui, que é a questão de... Faltam mecanismos de fiscalização, mecanismo de controle, até de aparato legal, também, que a vigilância sanitária é necessária... Registro de medicamentos, dentro da vigilância; funcionamento de farmácias, a distribuição, tudo isso. E, por último, patentes e INPI. Seriam essas cinco que eu acho que contemplaria todo o universo de ações que nós deveríamos tomar do ponto de vista de fiscalização e do ponto de vista de proposição também. Porque se nós queremos propor leis, propor projetos, nós teríamos que verificar também o papel... Não é? Preço, cartelização, tá CADE, tá SEAE, tá tudo. Tá Ministério da Fazenda, tá Banco Central, Secretaria da Fazenda. Então, seriam essas cinco que eu sugiro: preço, falsificação e roubo, genéricos, vigilância sanitária e INPI e patentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A Deputada Vanessa Grazziotin tem a palavra. Obrigado, Deputado Sérgio Novais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu também, Sr. Presidente, vou tentar ser muito breve, até pra ajudar aí no andamento do nosso trabalho. Eu acho que o Deputado Sérgio, ele chegou a um número, pelo menos inicial, que pode ser modificado, ampliado, no decorrer dos trabalhos, de cinco Subcomissões, que abrangeriam, do meu ponto de vista, todas as questões relativas a esta CPI. Eu apenas tenho um única divergência à proposta dele. Não há nenhum problema em relação a falsificações, na minha opinião; falsificação e roubo de cargas, patentes e INPI, preços, planilhas. A cartelização, porque eu acho que é um fato. Aquela... Inquérito na Polícia Federal, processo no CADE, aquilo é um fato concreto que tem, merece uma Subcomissão. E não misturaria esse, que é o problema da cartelização, com o preço. Acho que uma Subcomissão pra estudar planilhas, evolução, importação de insumos, preços e tudo o mais. E a de genéricos, na minha opinião, Sr. Relator, a de genéricos, que eu concordo perfeitamente, Deputado Sérgio, acho que poderíamos juntar, genéricos, pensando bem, e fiscalização, porque tem muito a ver: fiscalização sanitária. Em vez de serem duas separadas, seria um única, porque genérico é registro de medicamento, e não é só genérico, é os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas veja, Deputada, apenas para esclarecer V.Exa. Esse problema do INPI incide um pouco nesse problema de genéricos, porque esse registro de patente também é ligado. Quer dizer, então acho que talvez aqui... Porque nós não podemos botar... Vai nos cruzar muito os assuntos, né? Mas fale, Deputada, que nós vamos depois tentar depois agrupar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois é. Mas eu acho que foi bom, porque tem a ver com patentes, eu não tenho dúvidas, mas tem a ver também com vigilância, com a fiscalização, com a lei, porque eu acho que genéricos ele é um tema muito amplo, que vai da elaboração da lei, das regras que tem, da aplicação dessas regras, de ouvir especificamente sobre isso. Então, na minha opinião, pra não ficar também muita Subcomissão, poderíamos agregar os genéricos na patente ou na vigilância, na fiscalização, que, do meu ponto de vista, seria mais adequado. Uma Subcomissão que cuidaria disso, de como funciona a

fiscalização em termos de medicamentos neste País, nos estabelecimentos comerciais, os registros, e, aí, genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria também, que eu não tive nenhuma intenção, nem acho que o Relator teve a intenção de distribuir tudo por Sub-Relatorias. Algumas coisas, seguramente, ficam diretamente como tudo a cargo do Relator. Agora, o que eu estou querendo é tentar, assim, entregar ao Relator todas essas sugestões, pra nós fazermos um plano... Assim, veja, se bem aprendi o que os Srs. Deputados desejam é o seguinte: criar Sub-Relatorias pra alguns assuntos. Essas Sub-Relatorias podem, eventualmente, por deliberação do Plenário, fazer diligências. Eu queria a atenção do Relator, pra submeter pra decisão. Essas Relatorias podiam, eventualmente, pedir a constituição de Comissão Especial pra uma investigação. O Plenário decidiria ou não uma diligência, né? Uma diligência externa, entendeu? Aí a Relatoria sendo auxiliada por mais Parlamentares, não é? Isso seria o que propõe o Relator. A segunda questão seriam diligências rápidas, quer dizer um fato tal, pontual. Aí, a Comissão nomearia três Deputados para fazerem uma diligência, irem a tal local, checarem e tal, e voltarem e apresentarem um relatório ao Plenário. Era isso? O Relator tá de acordo com isso?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu não entendi o primeiro ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O primeiro ponto seria. A gente nomearia, depois de o Relator ouvir todos aqui, surgiriam as três, ou se ampliaria essas Relatorias, e eu submeteria ao Plenário a criação dessas Sub-Relatorias. Então, seriam três, quatro ou cinco, de acordo com as sugestões. Então, nomearíamos Sub-Relatores, vinculados ao Relator, vinculados ao Plenário e tal, com a função de aprofundar o assunto e trazer aqui pedidos de providências. As diligências seriam coisas ocasionais, não é isso? Se uma Comissão... Não sei como ficaria isso. Ou seriam coisas distintas? A Sub-Relatoria, que nunca se constituiria numa diligência?! Eu pediria ao Relator que esclarecesse bem, pra gente definir bem esse papel, pra evitar problemas que possam criar...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu vou dar, mais ou menos, dar um parecer de acordo com a tradição da Casa, que os companheiros que têm igual experiência podem confirmar. Eu acho que o trabalho do Sub-Relator é de fundamental importância. Aliás, eu não gosto do nome Sub-Relator; eu preferiria

Relator-Adjunto, como algumas CPIs já usaram, mas isso é um detalhe semântico. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há por que não... Se é do gosto do Relator e do...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, o trabalho seria o seguinte. O Sub-Relator, ou o Relator Adjunto, digamos que ele detecte, o Sub-Relator, de desvio de mercadoria e falsificação, detectou um problema em Uberaba, como o Deputado Bittencourt trouxe. Uberlândia, aliás, né? Uberlândia, divulgado pela imprensa. Ele, imediatamente, comunica... teria uma comunicação com o Relator, para estudar uma estratégia de enfrentar esse problema. Depois de estar combinado, traria para o Presidente, que aceitaria ou não a proposta dos dois e... Se fosse uma coisa rápida, eu pedia até que o Plenário desse poderes **ad referendum** ao Presidente pra decidir, porque, afinal, quem tem que decidir é o Presidente. E, se fosse uma coisa que dependesse de decisão do Plenário, o Presidente decidiria submetendo ao Plenário. Porque é preciso ver que tem situações em CPI que não pode passar tudo pelo Plenário, pela rapidez que exige uma diligência, e que o Presidente tem que ter poderes de fazê-lo e depois dizer por que fez. Eu acho que o Sub-Relator aí, então, colheria o material, procuraria o Relator, combinaria uma estratégia, íamos administrativamente ao Presidente... Diria: "Presidente, precisa ir a Uberlândia amanhã, sábado. Não dá mais tempo de submeter." O Presidente autoriza e encontrava a maneira, e vocês iam saber, os senhores e as senhoras iam saber pela **TV Globo**. Por quê? Porque foi uma decisão **ad referendum** do Presidente. Agora, articulado com o Relator, não por minha causa, mas é que todos que já foram... Eu tenho que ter uma visão sistêmica, saber o que tá ocorrendo, pra ir criando as... Porque senão fica disperso o trabalho e, no fim, você não pode nem fazer o relatório. Não é verdade? Claro que o Sub-Relator vai ser ouvido — vai ser feita a cinco mãos, a seis mãos etc. —, mas desde que haja sintonia no trabalho. Porque, se não houver, a gente vai terminar é dispersando mais. Eu, de minha parte, tô pronto pra abrir mão, não tenho interesse. Diligência que um Sub-Relator queira fazer, pode fazer diretamente. Tá entendendo? Não tenho nenhum interesse que não seja de coordenar evidentemente o trabalho, no âmbito da Relatoria, trabalhar harmonicamente. Tanto faz cinco, seis, dez Sub-Relatores, Sub-Relator, ou Relator Adjunto. Pra mim, não interessa. Agora, que haja um conhecimento prévio da Relatoria e submeta ao

Presidente. O Presidente decida: ou logo, ou como ele queira. Mas aí o Presidente é que decide. Porque nós não podemos fazer diligência da nossa cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá em aprovação, em votação, uma discussão que... de ter acordo?

(Intervenção inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sobre a matéria pode. E sobre tudo, né? Não. Eu queria lhe dar a Sub-Relatoria. Se é sobre isso... Se for outro assunto, eu pediria pra ser depois. É agora? Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - É só uma... Aditando aquilo que foi falado aqui, me parece que, entre o medicamento falsificado e o medicamento próprio para o consumo, existe um grande espectro ali, importante, que é a questão do padrão de qualidade, né? Eu acho que poderia ser incluído também como missão a investigação dos padrões de qualidade que é que têm os laboratórios. Aí que eu não sei se entra naquela Sub-Relatoria da falsificação, ou na questão da vigilância sanitária, né? Uma outra questão que eu queria colocar é a questão da... da cartelização que se falou, né? A cartelização, a questão da remessa de lucros ao exterior, a questão do subfaturamento... a questão do superfaturamento, né? Eu acho que isso tem que também ficar bem definido se vai para aquela de abuso de preços — ali —, a questão dos preços, ou para aquela que vai tratar... Se vai tratar da cartelização, com quem que vai tratar? Especialmente com o CADE e com a Secretaria de Defesa Econômica, não é? Seriam esses os dois caminhos porque são essas duas entidades que administram a Lei nº 8.884, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - É através dali que se pode pegar qualquer questão de abuso econômico ou de cartelização. Em contrapartida, a questão específica de preços seria também ligada a uma outra questão importante — não sei se foi comentada aqui —, que é a da distribuição, né, a questão da distribuição do País, das farmácias, não é? A fiscalização... Inclusive, também, uma outra questão — que pode ser da qualidade —, que é das farmácias de manipulação. É preciso encontrar padrões também para a manipulação. Então, eu queria colocar o assunto da qualidade, padrões de qualidade, da distribuição, que envolve 45 mil farmácias no País e 1 mil revendedores, e a questão também do

abuso de preços e das remessas de lucro ao exterior, com superfaturamento ou subfaturamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Eu vou então submeter à votação, e pedir pro nosso Relator... E vamos considerar criadas cinco Sub-Relatorias.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que houve um acordo aí. Essas três propostas pro Relator e mais essa dos medicamentos, pelas quais tem se interessado tanto o Padre Linhares, não é? E a outra seria esse problema dos insumos de... Mas eu não sei também se... porque eu me baseei... O seguinte: naqueles assuntos que nós estamos mais debatendo — que depois entra a proposição do Deputado Chinaglia... Mas esses assuntos, por exemplo, de insumos de laboratórios, que até foi me sugerido no Plenário. Eu nem tinha falado insumos de laboratórios, porque se queria examinar insumos de laboratórios inclusive abrangendo produtos agrícolas e tal e tudo, esse problema etc. Nisso aí nós não tocamos nada ainda profundamente, entendeu? E eu lamentei a saída do Deputado Pedrosa, né, Saulo Pedrosa, que foi quem pediu pra introduzir essa ementa no Plenário, entendeu? Então eu não designaria Relator, Sub-Relator, ou Relator Adjunto, sem antes — evidente — haver interesse e tal etc. Eu diria até um planinho de trabalho — não é? —, pra que o Relator pudesse dizer: "Ó, vou fazer isso, isso." Não é verdade?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Seria material hospitalar, né?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É... O problema dos hospitais. Quer dizer...

(Não identificado) - Material hospitalar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. Haveria aí no problema de hospitais... Há todo... inclusive uma possibilidade de uma política de atuação conjunta, talvez, se chegasse, viu? A minha idéia seria que, nessa área, tudo que a gente ouviu, já tá claro, tá evidente que hospitais e setores públicos não atuam conjugadamente. E...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Apenas como sugestão. Tá presente a idéia de que, nesse problema de materiais hospitalares, se pode incluir até o setor público. E ficou evidente que no Brasil não há nenhuma atuação em conjunto desses órgãos. Esses órgãos poderiam, **in limine**, eliminar hospitais e laboratórios que praticassem preços abusivos, qualquer coisa, que não se sujeitassem a certos percentuais, que fossem punidos etc. Quer dizer, eu sei que é um pouco complicado, mas os outros países do mundo, tá provado, exercem alguma influência. Poderia se aprofundar o que há nesta matéria, pra ser matéria do Relator. Quer dizer, é um segmento que, profundamente... iria além do material hospitalar. Ele até poderia abarcar um pouco esta ação do setor público em matéria de comprar. De quem o setor público tá comprando? Tá comprando do laboratório que aumenta 300% ou tá comprando do laboratório público ou da farmácia de manipulação?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Entendeu? Quer dizer, se ele poderia ser uma...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Permite, permite uma opinião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Desculpe interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que a gente podia, por exemplo, aprovar as cinco Sub-Relatorias ou Relatorias Adjuntas, e aí aquele que for designado apresenta um planozinho de trabalho, que o senhor disse, e a gente aprova ou não aprova, e adiciona ou não adiciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ficar discutindo essa questão, não vão aprovar nada!

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator pediu a palavra pra esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela oportunidade aqui, Sr. Relator. Na linha do que o Deputado Arnaldo falou, talvez além das que forem

definidas hoje, o Presidente levantou duas questões que talvez não estivessem plenamente contempladas nas atuais, pelo que eu entendi. Poderia ficar em aberto. Em dado momento, no evoluir dos trabalhos, poderia acabar alguma, criar outras, e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Criaríamos desde logo as três propostas e mais duas: cinco. Criaríamos essas duas. Essa dos hospitais também tá criada. É quatro. Tem a palavra o Deputado... Ah! perdão. O Relator com a palavra...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não. Você deseja falar antes do Relator?

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, eu gostaria de falar antes do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Pelo o que foi colocado até agora, pelos diversos Deputados e Deputadas, eu entendo que as cinco subcomissões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sub-relatorias.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - ... ou sub-relatorias que nós estaríamos aqui discutindo para aprovação, elas abrangeriam esses cinco pontos aqui que eu tentei resumir em cinco sub-relatorias. Primeiro, preços e planilhas, que já é consenso da Comissão. Nós estaremos fechando essa discussão em torno de preço e planilha, inclusive com relatórios, auditorias, trabalhos específicos como aqui idealizou o Deputado Fernando Zuppo. O segundo ponto, distribuição e roubo. O roubo acontece no processo de distribuição. Nós estaríamos trabalhando nessa área afim. Depois, nós teríamos na Agência Nacional de Saúde o controle de fiscalização de qualidade e de falsificação. Porque aqui no controle de qualidade é onde existe a falsificação, e a ação da Agência Nacional de Vigilância para controlar. A quarta seriam genéricos, patentes, INPI. Quer dizer, nós estaríamos trabalhando também num processo bem vinculado. E a quinta seriam insumos de laboratórios hospitalares, que ficariam em aberto, para ampliação dessa discussão, para consolidarmos aqui um consenso entre os Deputados.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Vou tentar fazer aqui um resumo em razão do que todos disseram. Primeiro, na nossa proposta, tem uma sobre patentes. Eu acho que essa sub-relatoria sobre patentes, até pelos objetivos que estão aqui relevados, poderia ser, o que é muito importante e foi lembrado aqui por vários Deputados, patentes e genéricos. Eu sei que com a relação a gente vai encontrar com tudo, com qualidade, com controle. Mas a gente faria patente e genéricos, porque envolvia o problema dessa última medida provisória e o resto era genérico, que é um campo amplamente aberto, e a gente reuniria aí esse ponto. Bem, ponto um. Ponto dois seria uma especificamente sobre falsificação e desvio de carga de medicamentos. Ponto dois. Ponto três seria uma sobre – eu vou inverter a ordem aqui, porque vou deixar por último de propósito aqui uma proposta. A terceira seriam materiais hospitalares e laboratoriais, exatamente. Quatro, eu acho da maior importância o que foi levantado aqui em relação à vigilância sanitária e ao controle de qualidade dos produtos. Eu acho esse tema muito importante. Aí relação tem com tudo. Tem a qualidade dos genéricos, tem a qualidade dos que estão na praça, tem a estruturação da vigilância sanitária, tem o acompanhamento da política de genéricos de certa forma também. Mas, afinal, como eu disse essas sub-relatorias e relatoria é um grupo multidisciplinar. Cada um vai se entendendo. Então, eu acho que essa de vigilância sanitária, pelo menos na minha visão, muito importante, porque é absolutamente fundamental numa CPI apurar as reais condições, o que pode ser feito a curto prazo e a médio prazo; a manipulação, por exemplo, que foi levantada aqui pelo Deputado Vicente Caropreso. Enfim, é um tema que, embora eu não seja técnico, me parece muito importante. Seria a quarta. E a quinta eu então colocaria em discussão a seguinte idéia: tem aqui a proposta, Sr. Presidente, que era acompanhamento de inquéritos instalados pela Polícia Federal sobre cartelização do laboratório farmacêutico, multinacionais e de processos administrativos. Bem, então esse sub-Relator aqui ele já estaria envolvido até tecnicamente mais do que nós com o acompanhamento no CADE, no SDE, na Polícia Federal, com temas ligados a insumos, com temas ligados a importação, e trazendo pra Comissão, como é um dos objetivos, encaminhamento dos fatos investigados, de acordo com os objetivos da CPI. O Presidente vai credenciá-lo; ficava uma espécie de um olheiro nosso junto. E, então, eu acho que a parte de insumos em si, além da Comissão de Material Hospitalar e Insumos Hospitalares, a

Relatoria com pleno acesso dos Srs. e Sras. Deputados. Já iniciou um trabalho muito bem feito pela Assessoria da Câmara aqui presente à base de um documento que eu considero da maior importância, que veio até em disquete — quem quiser cópia depois, pode solicitar ao Sr. Presidente a autorização — que traz duas relações. Primeiro, relação do que é importado e o preço FOB. Depois, relação do uso desses insumos por ordem de medicamento e de laboratório. Então a Assessoria tá fazendo um levantamento, estabelecendo paralelos, estabelecendo para inclusive preparar um requerimento que será submetido aos senhores e às senhoras em que nós vamos propor que laboratório X importou tal insumo, fabricou tal remédio. Nós queremos planilha, queremos... e, inclusive, uma diligência, é o que eu imagino propor ao Sr. Presidente, uma diligência com alguns Deputados, em caráter reservado, que fosse ao próprio laboratório verificar... Evidentemente aqui eu tenho por princípio cautela em investigação de fato econômico. Investigação de fato econômico a gente tem que pegar a galinha onde inchou. Para você pegar um bandido, você pode anunciar, vai um helicóptero e pega. Mas no fato econômico, às vezes, holofote demais prejudica porque o pessoal tem como hoje, com o computador e uma série de coisas... Então, eu acho que Assessoria ou qualquer Deputado detectou que tal insumo há um indício veemente de superfaturamento. Então, o que é que haveria? Haveria um requerimento proposto aqui, talvez até em caráter confidencial ao Presidente. O Presidente tem esses dados, comunicaria aos Deputados e vamos pedir também para no dia tal os Deputados terem acesso lá. Sem estardalhaço de quebra de sigilo. Me parece, eu sou muito franco às senhoras e aos senhores, os senhores podem até discordar, mas nós teremos dois prejuízos básicos se nós fizermos sensacionalismo em investigação em grandes empresas. O primeiro prejuízo que eu acho é prejudicar a fiscalização e a investigação, porque há tempo de manipular. Vinte e quatro horas a contabilidade faz tudo. Não é verdade? E, segundo, nós podemos criar um caráter policial da CPI, tá entendendo, que num primeiro momento tem um grande apoio da opinião pública, mas depois cai na real e vira Plano Cruzado, além de abalos. Então, eu sou favorável a que se mergulhe, mas se mergulhe com cuidado.

(Não identificado) - Sr. Relator, V.Exa. falou que plano foi Cruzado ou Real?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O Real tá indo muito bem.

(Não identificado) - Ah, tá bem!

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Desculpe V.Exa. Diante das dificuldades tá indo muito bem. Bem então a minha proposta era que essa matéria de insumo, sem prejuízo de qualquer ação dos senhores, os senhores se articulassem com os Assessores. Ontem foi dito aqui que os Assessores não são Assessores do Relator, são Assessores da Comissão. Qualquer um deles pode ser acionado; estão aí presentes os dois lá, o Dr. Magela, o Dr. Geraldo, eles são especialistas...

(Não identificado) - O Magela é Deputado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Magela, não. O Jackson, desculpe. Bem, então temos um excelente Assessor na área de tributação, Dr. Lourão e os dois que operam na área de preços, o Dr. Nilo. Enfim, eles estão à disposição. E nós deixássemos essa coisa de insumos para esse trabalho, digamos assim mais percuciente, mais objetivo, tá entendendo, pra gente poder não dizer xô, porque se a gente disser xô, perde a galinha e cria estardalhaço. Em resumo, seriam cinco comissões, subcomissões. De quê, Sr. Presidente? Patentes e genéricos, falsificação e desvio de cargas de medicamentos, acompanhamento de inquérito sobre cartelização etc, vigilância sanitária e qualidade dos produtos farmacêuticos, material hospitalar e insumos laboratoriais.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Primeiro: patentes e genéricos, falsificação e desvio de cargas de medicamentos, para não dizer roubo — desvio, é uma forma mais de CPI de medicamentos; roubo seria mais do narcotráfico — acompanhamento de inquérito instaurado pela Polícia Federal, cartelização no SDE, carga e etc., terceiro; quarto: vigilância sanitária e qualidade dos produtos farmacêuticos; e, quinto, materiais hospitalares e laboratoriais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, quando o Sr. fala em desvio de carga, como é a nomenclatura da segunda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Falsificação e desvio de cargas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Desvio de cargas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É.

Em votação as sugestões. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, pela oportunidade. Sr. Relator, tenho uma dúvida aqui com referência a

acompanhamento de inquérito. Eu entendo a função, porque sugeri com outro nome, porque talvez dê um caráter reduzido Àquilo que é a dimensão do projeto. Porque ao analisar por exemplo a cartelização, digamos, remessa de lucros etc., o acompanhamento vai ser parte disso, né? Quer dizer, eu acho que talvez eu sugira a V.Exa. um nome mais apropriado, porque o acompanhamento...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Acompanhamento, porque tem procedimentos instaurados.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Eu sei, mais isso daí talvez devesse compor a ação maior que é a análise macro sistêmica de como as coisas se são aí.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Cartelização.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Cartelização.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas cartelização tá no objetivo. Mas eu, pelo menos pessoalmente, acho uma necessidade muito grande estarmos informados do que está acontecendo nos inquéritos que nós estamos pedindo para instaurar, na polícia está instaurado e no STF

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O Deputado Arlindo comentou o seguinte: se nós fizermos uma subcomissão de cartelização, automaticamente ela vai ter que acompanhar. Se nós fizermos uma sub-relatoria de acompanhamento, ela, na verdade, se tiver um outro fato que precise ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ouvir. Depois a gente vai decidir se faz nos próximos dias isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, só queria fazer uma ponderação ao Sr. Relator, não quero contestar nenhuma das colocações, mas eu estou achando que tá faltando aí, não uma nova subcomissão, mas numa delas a discussão a respeito da política de medicamentos. Porque grande parcela da população, seja qual for o preço, não vai ter condição de adquirir o remédio. Não adianta eu achar o remédio de 25 para 14, porque mesmo assim o paciente não vai ter condição de adquirir. Eu acho estranho o médico do serviço público federal, estadual, municipal, prescrever um medicamento para uma pessoa que não tem condição, sabendo que ela não vai ter esse medicamento. Então, eu acho que é uma função nossa querer discutir e resolver esse problema. Porque uma parcela da população está pensando que a CPI vai resolver o problema dela. E

nós estamos só, nesses questionamentos que são lógicos, mas não estamos indo no âmago da questão. Vamos ou não dar condição de que aquela pessoa que precise do remédio, que foi prescrito por um médico público, de ter acesso a esse remédio ou não. Isso só uma política de medicamentos, e nós precisamos ter essa preocupação. Porque de repente a população vai ficar com a imagem de que a CPI vai se preocupar com o problema dele, e nós não estamos preocupados com o problema dele. Vamos então dentro de uma dessas cinco subcomissões, V.Exa. achar que não cabe em nenhuma delas isso, criar uma de política de medicamentos, porque a população vai dizer ao final: o que fizeram por mim, nada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A sugestão oportuna, vamos aprovar...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só gostaria, Srs. Deputados, que quando o assunto tivesse... Porque eu não quero tolher ninguém, mas a Comissão está com uma frequência excelente hoje, e nós temos mais assuntos a deliberar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, eu não ouvi uma sub-relatoria sobre abuso de comércio e controle de preço, tem? Qual é?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Temos que deixar algum trabalho para o Relator Geral, senão ele vai só lá para o Rio Grande do Norte, lá para Natal, fazer campanha, entendeu? (Risos)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Poderia repetir as 5, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aliás homens contemplando tudo isso, eu acho me deixaria, um pouco. Olha, as cinco sub-relatorias seriam: uma sobre patentes, que envolve também o problema de genéricos; uma sobre falsificação de medicamentos e desvios de cargas; uma outra seria uma espécie de acompanhamento – vamos ver que nome que a gente vai dar – daqueles processos que correm de cartelização contra os genéricos. No fundo é quase a mesma coisa. As outras duas seriam uma sobre medicamentos e outra sobre vigilância sanitária.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Material hospitalar e laboratoriais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão, material hospitalar, material hospitalar e laboratoriais, vigilância sanitária e qualidade de produtos, entendeu?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Essa de equipamentos, Sr. Presidente, é onde nós vamos ver aquela denúncia do Deputado Ubiratan, lembra-se?

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, pela ordem. Eu entendo, continuo aqui pensando que, se nós tivéssemos uma sub-relatoria para tratar especificamente da questão do preço e do planilhamento, nós teríamos condição de auxiliar mais ainda o Relator. No entendimento de que essas sub-relatorias não iriam em momento algum subtrair o papel importantíssimo do Relator e as ações que o Relator desenvolve na coordenação de todos os trabalhos. Nós estaríamos apenas auxiliando e colocando em disponibilidade documentos que eventualmente não estão perfeitamente traduzidos. Eu acho que a questão é apenas de nos disponibilizarmos e ajudar ainda mais o Relator. Mas não queremos, eu não quero inclusive colocar como sub-relatoria instrumento de cercear ou retirar poder de ação do Relator. Em momento está sendo colocado nessa direção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, só queria, para não perder a oportunidade, ouvir o Relator a respeito da preocupação que levantei. Se isso estará no trabalho dele e, portanto, não há necessidade de criação de uma subcomissão, ou se uma das cinco subcomissões poderiam contemplar essa possibilidade, porque, na verdade, as pessoas que tenho encontrado e que sabem que faço parte da CPI, me perguntam isso: mas será resolvido o problema daquele que não tem condição de comprar remédio a preço nenhum? Eu queria ouvir o Relator, se isso vai ser contemplado no relatório dele, se uma das cinco subcomissões podem tratar desse assunto, porque eu estou preocupado é com aquele que não pode comprar remédio a preço nenhum, e que tem que ter uma política de medicamentos para atender essa parcela da população. Essa na verdade é minha preocupação e de repente nós estamos aqui há dois meses e não vi em momento nenhum isso ser preocupação nossa. É justa a preocupação contra abuso, contra desvio, contra falsificação, contra patente, tudo isso, mas, no final, nós vamos dar direito àquele que não tem condição de comprar remédio a preço

nenhum, para que tenha o remédio, ou não vamos dar essa condição? Então é essa a minha preocupação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, eu não vejo nenhum obstáculo na criação de mais uma sub-relatoria, um assunto importante como esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar pela ordem, primeiro à Deputada Vanessa, e, depois, ao Deputado Caropreso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu na realidade, é que nós estamos aqui levantando inúmeros problemas. São problemas, claro todos eles têm o mesmo conteúdo, mas são diferentes. Em relação ao que acaba de falar o Deputado sobre se será permitido o acesso, eu acho que isso vai ser o resultado, pelo menos um dos resultados, do conjunto das investigações dos trabalhos que nós aqui realizarmos. Porque na realidade isso faz parte de uma política nacional de medicamentos. É a parte propositiva da Comissão, que, na minha opinião, a gente pode começar a trabalhar depois de ter os dados todos levantados, a precariedade do funcionamento da vigilância, na política de saúde, na política pública no âmbito do SUS, da compra de medicamento, para chegar aí. Então, eu acho que não cabe. Pelo menos não vejo a forma de se criar uma sub-relatoria pra ver isso, o acesso da população aos medicamentos. A população vai ter acesso de duas formas. Com o preço justo, e a outra, o Estado garantindo uma política de distribuição e de acesso à população, através de uma política mais ampla de saúde. Mas em relação aos preços, eu gostaria, Deputado Luiz Bittencourt, até porque ouvi com muita atenção a explanação do Relator, quando fala que não seria o caso de se formar uma sub-relatoria de preço. Porque tudo que nós estamos discutindo aqui converge nos preços. Eu acho que a questão dos preços ficaria na coordenação mais geral do Relator-Geral, e trabalharia de imediato essas sub-relatorias que foram criadas aqui. E, no decorrer do trabalho, em se acontecendo um fato grave relativo a preços que precise de uma diligência, de um estudo mais dirigido, aí, sim, criaríamos novas sub-relatorias; agora uma só de preço, eu acho que deveríamos deixar a coordenação disso para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ok, Deputada. Com a palavra o Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, em relação ao que o companheiro Arnaldo Madeira colocou...

Arnaldo Faria de Sá, desculpe. A preocupação dele é uma tendência desta CPI ao final dos seus trabalhos. Acho que a CPI, ela vai, ou pelo menos tem a finalidade, de procurar fazer com que os medicamentos eles tenham um sistema de controle, uma regulação aqui dentro do Brasil, que possam ser praticados preços reais para os medicamentos. E isso eu acredito, tenho certeza de que o Ministério da Saúde tem o maior interesse em que isso aconteça pra que possa ser implementada essa prática do oferecimento dos medicamentos à população de baixa renda. Então, a política existe, a política é do Sistema Único de Saúde, sistema copiado... A política existe. Existe na prática e está cada vez mais sendo implementado. O Brasil passa por dificuldades financeiras como inúmeros outros países passam, mas que a política existe, existe. E acho que esta CPI tem uma grande missão de tentar fazer com que pelo menos venha à tona o porquê dos preços abusivos hoje cobrados no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Tem a palavra o Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, rapidamente, eu gostaria de dizer o seguinte. Primeiro, gostaria de lamentar, aqui, publicamente, a minha ausência aqui na Comissão, infelizmente, por várias razões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Notada por todos nós, mas nos alegra a sua presença agora.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Eu quero cumprimentar à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aliás, eu queria registrar, se permite, a grande afluência de Deputados hoje, apesar de cedo. Acho que já passaram titulares e suplentes, todos desta Comissão. Queria parabenizar os Deputados.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Eu lamento, Sr. Presidente, porque estou perdendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Mosconi, por gentileza, está assegurada a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - ... perdendo a oportunidade de participar de reuniões tão importantes desta Comissão, que já extrapola aqui a Casa e já tomou o rumo, aí, de nacional. Mas eu tenho perdido, Sr. Presidente, até o final do ano, em razão da PEC dos inativos que eu presido – e as nossas

reuniões são coincidentes. E nesse começo do ano a minha região, o Sul de Minas, foi assolada por umas chuvas torrenciais, que nunca aconteceram e que, na realidade, alagaram lá, aproximadamente, trinta cidades na minha região. Então, eu tenho acompanhado os Prefeitos da minha região lá do Sul de Minas aqui em Brasília, verdadeiras romarias à Presidência da República e aos diversos Ministérios, tentando minimizar o problema que é gravíssimo...

(Não identificado) - No Nordeste isso é normal.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Pois é, podíamos fazer lá uma. (Risos.)

(Não identificado) - Uns dutos...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Um duto aí com o Nordeste, não é isso?

(Não identificado) - Não tem ajuda.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Não tem ajuda? A essa conclusão nós não chegamos ainda, entendeu Deputado, não tive tempo. Mas vamos ver se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sub-relator pra descobrir ajuda. (Risos.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Pois é. Mas viu, Sr. Presidente, eu só queria cumprimentar o trabalho aqui da Comissão. Acho que essa questão das sub-relatorias é muito importante, e o Deputado Arnaldo Faria de Sá, ele já vai, praticamente, no final da história. A proposta que ele faz, que me parece que é fundamental, talvez seja uma das conclusões dessa Comissão, saber qual é o papel do Estado nessa história. Até que medicamento o Estado vai comprar, ou não vai comprar, ou vai adquirir em benefício da população. Todos nós sabemos que a grande parcela da população brasileira, ela fica totalmente ausente. Não tem condições de comprar, de adquirir medicamentos, por qualquer preço. Essa é que é a verdade. Então, é preciso que se estabeleça a questão de política de saúde que eu acho que existe no País. Nós precisamos definir com clareza alguns detalhes que são fundamentais, um deles é esse: até que ponto o Estado vai na questão da aquisição de medicamentos. A CEME acabou; foi uma grande iniciativa do Ministério da Saúde, infelizmente acabou. Mas ficou um vazio aí, que não está definido. Então, será um papel importante desta Comissão, exatamente a busca dessa definição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estou de acordo com V.Exa. e acho que é uma das razões da CPI, e não podemos esquecer isso, sem dúvida nenhuma. Bem, eu proporia, eu estou sentindo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente, V.Exa. me permite? Houve uma concordância tácita de V.Exa. à proposta, mas eu não ouvi o Relator a esse respeito. Eu gostaria de ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu não dei concordância; eu dei concordância ao que ele expôs, que o nosso objetivo é realmente tentar colocar medicamentos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas a pessoa que vai fazer o relatório é o Deputado Ney Lopes. Eu gostaria que ele desse uma pincelada sobre essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Sr. Relator pra se pronunciar sobre a proposta do Deputado Mosconi, a pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sobre essa questão, antes do Relator, poderia falar?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - É o seguinte: de fato, existe uma grande massa da população que não tem acesso...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Cinqüenta milhões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - ... não tem acesso a medicamento, a compra. Nós aqui nessas cinco relatorias estamos falando de abuso de preços, de vigilância sanitária, de patentes de genéricos, de falsificação, tendo em vista aquela massa da população que pode comprar. Agora, nós não falamos em investigar a distribuição pública de medicamentos, a CEME, a farmácia básica, toda a compra de medicamentos pelas instituições públicas. E aqui nós tivemos até um depoimento muito interessante de hospitais públicos que já tiveram soluções fantásticas, que poderiam ser espalhadas pelo resto do País. Eu entendo que o Deputado Arnaldo Faria de Sá nesse ponto de vista tem toda a razão, e queria, então, Sr. Relator, antes que o senhor se pronunciasse, dizer que o foco da nossa Comissão, acho ele tem que ser amplo e total, e nós poderíamos estar esquecendo uma grande parcela da população, que realmente não tem acesso aos medicamentos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra se pronunciar sobre a proposta do Mosconi...

(Não identificado) - Tem a palavra o Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - (Acionando a campainha) Não, não! Quem dá a palavra aqui sou eu. Com a palavra o Deputado Ronaldo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nota-se, aqui, claramente, a ansiedade de todos nós. E há pouco estava eu aqui, quietinho, observando, e essas reuniões informais são muito boas e necessárias, e acho até que deve ter sempre, e observava aqui a todos nós. Vejam, em certo momento, o plenário desta Comissão estava parecendo o plenário da Câmara: quando a gente fala, poucos ouvem. E começamos aqui um a falar com o outro, quando alguém estava apresentando uma determinada proposta. Isso por quê, Sr. Presidente? Porque a ansiedade, na verdade, toma conta de todos nós. Até ontem eu estava também assim, passei a pensar à noite sobre esta reunião e cheguei à conclusão de que o que fizemos aqui, embora em determinados momentos estivemos todos nós decepcionados, e colocando isso aqui, muitas vezes, no microfone essa decepção, levando também, muitas vezes, nós daqui a reagirmos contra V.Exa. na Mesa, e V.Exa., da Mesa, contra nós, em certos pontos... Deixa terminar o meu raciocínio. Em certos pontos até alterando a voz, o que eu entendo que é bom. Não estou condenando, porque eu acho que é assim que a gente vai chegar a um denominador comum. E é exatamente em cima disso que eu vou colocar aqui minhas palavras. O que foi dito aqui, entendo, pelos Ministros, pelas pessoas que vieram de entidades e do Governo, eu acho que contribuiu muito pra esta Comissão. E contribuiu como, Sr. Presidente? Está claro, muito claro, que não há uma política específica no Governo pra questão de medicamentos. Está claro, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que nós não temos esta política na questão, e esta CPI já chegou à esta conclusão, pelo menos este Parlamentar. Está claro que os órgãos que devem trabalhar no sentido de coibir estes abusos também não trabalharam com determinação e com afinco. E ontem aqui ficou isso bem claro: um processo de cinco anos pra decidir. Isso não existe! E nunca vai existir desta maneira. Então, já demos essas informações. As sub-relatorias, eu acho fundamental, e quero aqui louvar a atitude do Relator, que, num gesto de

humildade, e que não mostra nenhuma vaidade, traz por escrito uma proposta pra ser debatida e que aqui é ampliada com a concordância plenamente do ilustre Deputado, e que nós aqui concordamos; e que estamos discutindo até alguns detalhes, uma palavra aqui, outra palavra acolá, e buscar onde é que a gente vai chegar na questão, e chegaremos, aqui hoje, a esta conclusão. No entanto, eu quero aqui também colocar, diante das palavras do ilustre Deputado, combativo e experiente Deputado Arnaldo Faria de Sá, se é o que eu entendi — senão, no meu término ele esclarecerá —, ele traz uma preocupação e disse que, quando nós chegamos em algumas comunidades, as pessoas perguntam à gente: "Vocês vão ou não resolver o problema dos preços dos medicamentos?" Não! Nós não vamos resolver. E é bom que fique bem claro isso aqui desta maneira. Por que eu quero dizer isso? Nós não temos poder para resolver isso totalmente. O que nós vamos fazer, e queremos fazer, e devemos fazer é fazer exatamente isto: tornando pública à opinião pública, ao País. Nós temos acompanhado a imprensa e, desde a instalação desta CPI. Os assuntos abordados na imprensa nacional sobre a questão de medicamentos são infinitamente superiores ao período anterior à CPI. Então, o assunto está sendo debatido na sociedade, ainda timidamente. E por que timidamente? Porque exatamente estava faltando esta ação que agora esta CPI vai começar a atuar: a ir a esses determinados problemas, porque é isto que chama a atenção da imprensa. E, infelizmente — ou felizmente, não sei —, a opinião pública nacional ela se baseia muito no que a imprensa diz. E eu não vou dizer a opinião pública, não. Este Congresso também. Quantas vezes este Congresso tem matérias para ser votadas e ficam aí paradas e só votam quando a imprensa, a grande imprensa começa a bater muito e a cobrar muito. Então, essa questão dos medicamentos, Sr. Presidente, como disse o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá em muitas outras oportunidades... Eu não fazia parte deste Congresso, sempre trabalhei no Legislativo, e trabalhava na Assembléia Legislativa, quer dizer, como Parlamentar estadual. Mas sempre acompanhei o desenrolar do trabalho nesta Casa. E o que é que se mostra? Quando se fez o Orçamento, a CPI do Orçamento, muitos diziam: "Fez, apurou, denunciou e não resolveu nada, ninguém está preso". Ora, nada pior do que, para um homem público, do que ser execrado perante o povo. A prisão do homem público é não ter coragem de levantar os olhos para olhar o povo e não ir ao encontro mais do povo. E isto aconteceu com estas pessoas que foram execradas, por exemplo, nessa CPI do Orçamento e tantas outras CPIs.

Acredito mesmo, Sr. Presidente, permita-me, fiquei aqui quietinho, observando. Concluindo, Sr. Presidente, acho o seguinte: acho que essas idéias das Sub-Relatorias ela é fundamental. E que nós vamos lá realmente buscar isso, municiando o Relator e daí tornando público determinados fatos, porque, com esses fatos se tornando públicos, e alguns desses fatos — evidentemente que chamando a atenção da grande mídia e do povo brasileiro — aí sim, os outros organismos, o Executivo etc., etc., poderão vir participar ativamente dessa questão e nós chegaremos ao que esta CPI está-se propondo: diminuir os preços ou pelo menos coibir novos abusos e novos preços nos medicamentos do nosso País. Ontem um cidadão me ligou da Bahia dizendo o seguinte: "Deputado, descobri uma mina de ouro". E eu nunca sabia que existia isso. Aprendi que existia isso aqui nesta CPI. E ele me ligou dizendo o seguinte: "Comprei medicamentos no Estado de São Paulo, num local chamado FURP, e eu nunca vi uns preços tão bons. É fantástico comprar medicamentos na FURP!" Bom, eu não sabia que existia FURP. Pelo que entendi aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já convidamos para vir depor e está prevista uma visita à FURP.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Pois é. Eu entendi aqui antes, como que já foi falado aqui sobre a FURP, que a FURP era para vender medicamentos aos Municípios de São Paulo e tá vendendo a outros Estados, que se... Não tenho nada contra, acho maravilhoso isso, quero logo deixar claro isso: acho isso maravilhoso. Então eu acho que exatamente em cima deste trabalho que nós estamos fazendo, e se isto é possível, e se isto não traz prejuízos ao Poder Público, se isso vai ser distribuído, eu acho que isso é importante para enfrentar a cartelização, para enfrentar esses laboratórios multinacionais. Eu hoje acho que é isso que nós queremos. Mas, Sr. Presidente, quero concluir dizendo o seguinte: o que foi feito até agora eu acho que foi positivo e entendo que nós devemos entrar nesta nova fase. E é exatamente isso que a gente deve fazer aqui hoje. Fazer um novo organograma de trabalho, estabelecer esse novo trabalho para esta nova ação da CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Tem a palavra o Deputado Márcio. Eu pediria que nos ativéssemos ao problema em debate para a gente poder avançar.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, eu acho que se nós ficarmos procurando todos os assuntos nós vamos ter que fazer dez, doze Sub-Relatorias. Eu acho que aquilo que a gente tem que pensar no preço... Tem que fazer essa Sub-Relatoria do Preço, tanto do medicamento, quanto dos insumos hospitalares. E, fatalmente, quem vai fazer isso vai acompanhar o problema da importação, de superfaturamento, essa coisa toda. O caso das patentes, genéricos, é uma coisa mais de legislação, vamos chamar assim, acho que poderia entrar aí a política de medicamentos para baixa renda do Governo, entendeu? A distribuição dessa medicação pelo Estado poderia ser feita nessa Sub-Relatoria. E aqueles casos de roubo de cargas, acompanhamento de inquéritos e a própria distribuição poderiam ser chamados naquilo que eu chamo Relatoria Policial. Aquilo que tá na Polícia, acompanhamento de todos esses inquéritos que estão acontecendo, de roubo de carga, ou esse de cartelização. Quer dizer, esse, essa Sub-Relatoria Policial. E da Vigilância Sanitária seria quanto à qualidade do produto; tem que ver a coisa com relação aos fitoterápicos, os homeopáticos, com relação a esses laboratórios de manipulação, tá entendendo? E também com relação à própria distribuição dessa medicação lá na farmácia. Eu acho que isso aí se dividiria em quatro, senão nós vamos ficar com um monte de coisas. É lógico que em tudo isso tá envolvida uma coisa com outra. Por exemplo, aquele que vai ver sobre o preço, ele vai ter que entrar em contato com o CADE, mas também esse que tá acompanhando, às vezes, ouvir inquérito policial, também vai ter que entrar em contato com o CADE. Mas eu acho que se a gente dividir assim é melhor. Essa é minha proposta, pra gente não ficar com muitas sub-relatorias. Depois, nós não vamos ter tempo nem pessoal suficiente pra...

(Apartes paralelos. Inaudíveis)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. É mais uma proposta. Tão logo se encerre a lista de oradores vamos tentar decidir. Eu dou a palavra ao Deputado Relator para se pronunciar, atendendo ao pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá sobre o pronunciamento do Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ponto 1 da minha observação: achei muito interessante o fato trazido pelo Deputado José Carlos Vieira. É o problema da rede de revendedores. A gente sabe que há de um ônus muito grande da rede de revendedores, que eles impõem ao preço final do produto, vinculações diretas e indiretas com os laboratórios – veja-se a ata que tá

na Polícia Federal. Eu não acho que comporte outra Subcomissão, mas incluir nos objetivos daquela da cartelização e reajuste de preços. Não esquecer, porque são coisas que estão me angustiado. A gente só trabalha por informação, denúncia nessa área. Se não tiver quem pense nisso, a gente não vai chegar lá! Ninguém pode descobrir as coisas. Então, rede de revendedor. Segundo. A proposta específica, Sr. Presidente, me parece da maior importância. Eu acho que a colocação feita pelo Deputado Arnaldo e Deputado Mosconi é uma colocação teórica, não é de investigação prática, mas fundamental para o trabalho da relatoria. E eu proporia até que essa questão, definição de uma política nacional de saúde, fosse realmente objeto de reflexão específica de uma Sub-relatoria, para colheita na comunidade científica e nas áreas afins, instituições etc., de sugestões que pudessem subsidiar não o Plenário, mas a Relatoria. Alguém pensando nisso. Além de tudo que os assessores estão pensando aqui sobre o que foi discutido, é preciso que alguém pense sobre soluções que não foram sequer sugeridas aqui. Mas uma pessoa pode reunir-se com a SBPC, um Sub-Relator, marcar uma reunião. Vai lá. Não precisa trazer aqui conversa. O que é que vocês sugeririam sobre isso? Com entidades de classe de um lado, tanto de revendedores quanto de fabricantes, quanto de sindicatos, enfim, colher o que... Eu ouvi um dia desses, por exemplo, uma proposta que me parece que vai ser muito discutida aqui, do Presidente da ABIFARMA, propondo uma cesta de medicamentos, que a indústria daria. Então, me parece o seguinte: se essa cesta fosse da lista da RENAME, era muito bom; agora cesta com aspirina, com... isso não interessa. Lista da RENAME tudo bem, estabelecer uma política especial. Mas são questões como essas que certamente vão ser discutidas para soluções finais. E eu acho que a proposta é muito procedente, porque, embora teórica, ela não é... Mas demanda tempo conversar com entidades. Os colegas podem dizer: "Olha, eu tenho uma pessoa que conhece bem esse assunto, que é ligado a uma ONG, por exemplo." O Sub-Relator vai lá, conversa, colhe, traz informações, entrega a mim, entrega ao Presidente, à assessoria, não é verdade? Junto com pessoas que se interessem. A gente tá muito na busca da investigação, que é importantíssima, mas eu acho que essa idéia vem preencher uma lacuna que é de sugestões concretas, porque se a gente tiver capacidade de dar sugestões concretas a gente chega muito perto, Deputado Ronaldo, do que a população está querendo. Não resolvemos, mas aqui temos tais e tais, pra ficar cobrando. De forma que eu sou inteiramente favorável, Sr.

Presidente, a que se incluía, no caso, se pudermos fundir, como propôs o Deputado Márcio, uma fusão, e uma quinta seria essa. A nível de Relatoria, é da maior importância. E acredito também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora temos uma confusão geral. Como é que eu faço pra colocar em votação? A fusão? A fusão do que com o quê?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Com a permissão de V.Exa., eu gostaria de solicitar ao Deputado Márcio que repetisse a sua proposta para a gente tentar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria, Relator... Nós tínhamos um consenso sobre cinco. Se V.Exa. sugeriu a sexta...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é? Porque eu acho que... Não é? Eu não vejo...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Concordo com V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não vejo... Acho que então V.Exa. proporia a sexta, colocaria em votação as seis, aprovadas essas seis... E depois, se for o caso, criaremos mais seis, sete, oito, entendeu? Pra começar, né? Entendeu?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concorda o Relator? Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam... (Pausa.) Aprovado. Passamos ao seguinte, ao assunto seguinte, o requerimento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria, antes de se passar para o próximo assunto, dizer... Como fica, então, essa sexta Sub-Relatoria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - De acordo com a redação que vai dar o Relator.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator é que vai me dar a redação disso e as atribuições. Aliás, de todas elas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes de passar ao assunto seguinte, eu queria fazer um registro que eu acho da maior importância...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E, aliás, eu vou pedir ao Relator que dê as atribuições que ele acha que devem ter esses Sub-Relatores pra ficar uma norma direitinho, de acordo. Porque eu acho que esses Relatores vão funcionar de acordo com o Plenário, de acordo com o Relator e de acordo com a Presidência também, né? Entendeu?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria fazer um registro rápido, antes do próximo assunto. Acho que é de extrema importância reconhecer o trabalho da Secretaria da Comissão. Nós temos sido municiados constantemente de relatórios. Ainda hoje recebo um relatório de todos os requerimentos de informação que já foram aprovados, a pauta de reunião consubstanciada, toda a documentação que costumeiramente a gente pede à Secretaria é prontamente atendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Queria informar a V.Exa. que são determinações desta Presidência, cumpridas pela Secretaria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, eu queria cumprimentar a Secretaria da Comissão e o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cumprimentos transferidos à Secretaria. Em votação o requerimento do Sr. Secretário, aliás, Relator, Ney Lopes, que está apenso a esses documentos da pauta da reunião de 20/01/2000, que requer o seguinte: "Solicita seja aprovado e encaminhado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça representação contra os laboratórios constantes da relação anexa. Sr. Presidente, com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição Federal, do inciso XVI, do inciso II, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 30, § 2º, da Lei nº 8.884, de 11 de julho de 94, solicitamos a V.Exa., ouvido o Plenário desta CPI, seja encaminhada ao Sr. Ministro da Justiça representação pedindo instauração de processo administrativo pela Secretaria de Direito Econômico para apurar indícios de infração da ordem econômica, tendo em vista a prática de preços abusivos por parte dos laboratórios constantes das relações anexas, cujos aumentos não encontram justificação

quando comparados com os índices oficiais de inflação nos períodos considerados nas mencionadas relações. Justificação: As informações colhidas e os diversos depoimentos prestados no âmbito desta CPI já permitem a adoção de providências concretas, a fim de que se possa indiciar em processo administrativo junto à SDE os laboratórios que estão praticando aumentos abusivos de preços. Tal procedimento tem a vantagem de que os trabalhos de investigação da CPI possam desenvolver-se simultaneamente com os da SDE. Procedimento alternativo seria encaminhar os pedidos de instalação de processo administrativo após a conclusão dos trabalhos da CPI, o que representaria, contudo, a desvantagem de que os processos administrativos conduzidos pela SDE não sofreriam a interferência da CPI. De fato, com a criação de uma Sub-Relatoria específica para acompanhar os processos administrativos em curso na SDE é possível estabelecer um elo de ligação entre aquele órgão e a CPI, sem prejuízo dos trabalhos da Comissão, a qual poderá, a qualquer momento, municiar a instrução processual daquela Secretaria. Ademais, essa sistemática de trabalho permite que a CPI comece a produzir resultados concretos à medida que os trabalhos avancem, afastando os receios de que os seus resultados possam ser inócuos. Ney Lopes e outros." A relação, senhores, é aquela relação fornecida pela Secretaria do Ministério da Saúde e que foi distribuída há algum tempo aos Srs. Deputados. Só... Eu... Parece que não é esta a relação. Não é esta relação aqui, não. Esclarece V.Exa. Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Esclareço. Olha, a relação... São duas relações. A primeira, um trabalho de cerca de 160 a 170 medicamentos, feito pela assessoria da Câmara, retirados esses produtos da própria lista do Ministério da Fazenda. Dos 473 medicamentos do Ministério da Fazenda. Então, a assessoria detectou nesta relação aí, a primeira, aumentos muito além dos 17% do Ministério da Fazenda. Então, tem essa primeira relação. Segundo, é a relação que nos foi trazida pelo Presidente da Agência de Vigilância Sanitária, que também demonstra majorações muito acima de 17%; quer dizer, um próprio órgão do Governo. Existirão dualidades, quer dizer, tem alguns que estão citados na lista da assessoria e estão também no Ministério da Fazenda. Mas eu, como queria a apuração de tudo, juntei como subsídio essas duas listas. Quando houver dualidade, é claro que na investigação diz: "Não, este já está contemplado." Mas a origem das duas listas é esta que eu estou explicando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sr. Relator, eu pediria... Eu vou situar bem a relação. Está em discussão a proposta do Sr. Relator. Quem que pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Márcio. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Relator, aquela relação dos 473 medicamentos pesquisados pelo Ministério da Fazenda, se o Senhor observar aquela relação, o senhor vai ver que cento e cinquenta e poucos medicamentos, têm lá como aumento 0%. Acontece o seguinte: se o senhor colocar, fizer uma pesquisa entre os 400 medicamentos mais vendidos, seguramente vai ser totalmente diferente duma pesquisa entre os 100 medicamentos mais vendidos, porque os 100 mais vendidos tiveram majoração maior. Essa é o problema do percentual fornecido pela equipe econômica, de 16.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. permite? A lista que nós estamos apresentando é uma lista que situa aumento, a lista da Secretaria de Investimentos da Saúde, que nós havíamos pedido, da Secretaria de Investimentos do Ministério da Saúde, SIS, e ele situa medicamento a medicamento. Não é média, é medicamento a medicamento. O primeiro medicamento é o Osopan 800, que teve uma variação nominal de 551 e uma variação real de 330 e, no dólar, apesar da alteração, 227. Então, lista por decréscimo.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Mas o que eu tô dizendo é o seguinte: o Ministro da Fazenda deu como média 16,4%, e ele tá certo. Se fizermos dá essa média mesmo. Mas acontece o seguinte: eu pego a média entre os 500 mais e o 100 mais vendidos, entende, e você vai ver que os 100 mais vendidos tiveram uma majoração maior do que os outros. Por isso que dá essas diferenças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Não é a média de faturamento.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tanto é que o faturamento, nesses últimos anos, aumentou 6 vezes, enquanto os medicamentos permaneceram igual, né? Entendeu?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, mas obrigado a V.Exa..

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir desculpas de V.Exa. e dos colegas porque eu tenho que me retirar. Eu e o Deputado Luiz Bittencourt, que temos uma atividade no Conselho Federal de Farmácia. Hoje é o Dia do Farmacêutico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria ao Deputado Luiz Bittencourt que não se... Já se retirou? Que não se retirasse, porque eu queria propor logo a votação de seu requerimento, entendeu? Não é? E depois passaríamos à lista dos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Hoje... Só pra concluir, Sr. Presidente, porque hoje é o Dia Nacional dos Farmacêuticos, e fomos convidados para participar de uma atividade lá no Conselho Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com as nossas homenagens e de toda a Comissão aos senhores farmacêuticos. Em votação o requerimento. Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, faço uma sugestão para que o senhor, ao criar esse grupo de Deputados, designar esse grupo de Deputados, o senhor inclua, pelo menos, um Deputado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu aceito a sugestão de V.Exa. Eu acho que... se os Srs. Deputados... V.Exas. podem ficar um minutinho para nós liquidarmos o requerimento anterior? Com a palavra o Deputado José Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, completamente a favor do requerimento. Mas eu queria adicionar um dado aqui e um questionamento também ao Relator. Esse requerimento está sendo encaminhado para que a Secretaria de Direito Econômico, a SDE, seja acionada. Agora, e com base no art. 30 da Lei nº 8.884. Incluem-se as relações aqui. Agora, nós... É exatamente isso que eu queria perguntar: a ligação com o CADE. Se é a Secretaria de Direito Econômico que vai acionar o CADE. Muito bem. Se vai

acontecer isso, Sr. Relator, eu gostaria de sugerir que fosse também apensada, anexada aqui, o depoimento, na íntegra, do Ministro da Saúde que aqui esteve e que declarou...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Estou de acordo .

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA -... textualmente o abuso econômico, incluindo gráficos que mostraram o descolamento desse setor em relação aos outros setores, com a lucratividade extremamente acima do normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço a sugestão porque eu iria subsidiariamente encaminhar junto o depoimento do Ministro e já tinha me dado conta. A sugestão de V.Exa. é oportuna, acho que ninguém tem nada a opor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - E talvez, também, no texto do requerimento, quando fala com base no art. 30, também seria interessante colocar com base, não só no art. 30, mas nos arts. 20 e 22 da Lei nº 8.884, não sei se cabe mas me parece que sim, que são os artigos que falam exatamente das infrações. Eu não tenho aqui à mão, mas me lembro bem...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - ... que esses dois artigos, o 20... É exatamente! No capítulo 2 são os artigos que dizem o que constitui infração à ordem econômica. E no 20 e 21, parágrafo único, aliás, no 20 e 21, que fala exatamente das infrações.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. me permite, só por economia consensual.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É uma questão de técnica processual aí. Estamos pedindo a instalação de um procedimento de investigação. Quem vai indicar ou qualificar a tipicidade do delito presumido vai ser a autoridade que vai fazer o inquérito. Eu podia induzir, mas, como estou deixando em aberto, a colheita da prova vai permitir que, ao final, no relatório, quem proceda o inquérito diga: cometeu tais e tais delitos etc. E remeta ao CADE, porque V.Exa. sabe que nós não podemos nos dirigir ao CADE. Por essa razão técnica que não citamos. Segundo, eu gostaria, em função da sugestão, Sr. Presidente, do Deputado Márcio, de deixar bem clara a minha posição e que certamente a Comissão aceite. Nós podemos, a qualquer tempo, aditar, ou seja, enviar novas informações durante o procedimento

administrativo. Então, se V.Exa. tiver um estudo sobre esses cem medicamentos ou qualquer outro, encaminhe à Presidência, eu acho que até sem ouvir o Plenário, o Presidente encaminha, aditando: em aditamento tal, remetemos... Isso não tem nenhum empecilho. Qualquer Deputado pode fazer isso a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Relator. Deputado Sérgio Novais para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria... Porque ontem foi feito uma constatação, talvez das mais, assim, absurdas dessa CPI, que foi o tempo que leva o CADE, a SDE e o SEAE: 1.700 dias. Então, esse requerimento, se for pela média de dias, nós vamos ter, na próxima legislatura, se formos reeleitos, nós vamos, talvez, receber esse inquérito, o final. Então, eu queria ver com o nosso Relator, que é um jurista afamado, forma de se criar ou na SDE ou no SEAE, mecanismos de urgência urgentíssima para que isso seja prioritário nesse momento no Brasil.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Na Secretaria de Direito Econômico.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Tem que alterar a lei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, eu estou dizendo politicamente, nós darmos um trato nesse requerimento, porque se for — eu estou colocando aqui à Presidência — na tramitação normal e nos entraves que estão aí, isso não tem... E fica inócuo, e fica assim como uma medida da CPI como se fosse mais uma atitude sem ter um reflexo concreto de apuração. Então, essa é a nossa preocupação, porque, se nós cairmos nos prazos da SDE, no SEAE e no CADE, estamos completamente... Então, fica essa preocupação, Presidente, para que V.Exa. juntamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu passo a palavra ao Relator para responder a V.Exa., até porque quando eu respondo tem Deputados que acham que eu estou brigando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Ontem nós vimos um discurso do Presidente da Câmara que V.Exa. tem todo o direito de reproduzir aqui. O Presidente da Câmara, ontem, fez uma observação no plenário sobre as faltas, sobre... E acho que V.Exa. tem o direito de repetir aqui os discursos, sim, que vierem acatados pelo plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou ler o discurso do Sr. Presidente, que eu não ouvi, para ver o que me toca.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu acho, Sr. Presidente, menos por diplomacia, mas muito mais por respeito à verdade, o sentimento que V.Exa. inspira aqui é de zelo, pelo menos, e os Deputados, também, de zelo, na medida em que eventualmente discordam. Eu não sinto aqui nenhuma discordância nem tampouco considerar que V.Exa... Eu acho que há um voto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estou brincando, para descontrair um pouco.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... de confiança tácito. Bem, partindo da premissa de que V.Exa., Deputado Sérgio Novais, tem razão, eu colocaria dois aspectos. Primeiro, a legislação é deficiente. Obviamente, se ela é deficiente a esse mercado persa que está aí não tem controle, todos nós temos a convicção: enquanto ela não for mudada vai continuar assim. Agora, segundo, é preciso considerar que estamos aqui propondo uma subcomissão para acompanhamento desse fato. Quer dizer, nós vamos ter um olho lá dentro; nós queremos ir, queremos requerer uma diligência, se não eu levo para a CPI. Eu acho que a curtíssimo prazo estamos fazendo o que é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu só queria até prestar um esclarecimento. O Dr. Paulo de Tarso devia ter vindo ontem aqui. Aí surgiu um problema, ele não conseguiu contornar o problema, e deve vir, provavelmente, bem no comecinho do mês de fevereiro, porque ele me parece que sofreu também uma cirurgia. Então, teremos até oportunidade de discutir com ele, com S.Exa., esse aspecto e essa denúncia, entendeu, que já vai estar nas mãos dele. O Deputado José Linhares queria a palavra, queria falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Pela ordem, Sr. Presidente, eu peço permissão ao Deputado Linhares, só pela urgência da minha intervenção. Eu e a Deputada Vanessa temos um horário lá que já fomos cobrados. Então, eu pediria permissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Temos de submeter. Se os Deputados...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Não, mas eu pediria permissão a V.Exa., até porque esse requerimento foi uma proposta idealizada pelo Deputado Luiz Medeiros, me alertando ontem à noite. Como o Deputado Luiz Medeiros não se

encontra aqui, eu passo também ao Deputado Arlindo Chinaglia para discutir essa matéria, se for o caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas eu queria, se V.Exa. quisesse, ainda com a presença, se os Deputados permitem, vamos abrir uma exceção. Eu acho que trata-se aqui do seguinte: "Requeiro a V.Exa... — vamos abrir uma janela — requeiro a V.Exa. nos termos regimentais que seja realizada diligência para verificar **in loco** todas as circunstâncias que envolvem a produção de remédios em uma fábrica clandestina na cidade de Uberlândia, conforme notícia vinculada no **Jornal Nacional**, da Rede Globo, em sua edição do dia 19 passado. A presente ação tem como escopo a necessidade de ouvir autoridades policiais a respeito do assunto e instruir a CPI na sua atuação referente à falsificação de remédios. Sala de Comissões: Luiz Bittencourt, Deputado." Eu queria submeter à votação o requerimento e, depois, criar a subcomissão circunstancial para ir verificar isso. Em discussão.

O SR. DEPUTADO MEDEIROS - Eu posso justificar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Luiz Medeiros.

O SR. DEPUTADO MEDEIROS - Está justificado, não é? (Pausa.) Está justificado. Eu acho que foi um negócio escandaloso que aconteceu ontem, e a CPI não pode estar longe do que está acontecendo. É um centro de distribuição de remédios falsos. No mínimo, vamos lá ver o que é isso. A Polícia Federal falou bastante da forma de distribuição no Brasil, nós não podemos ignorar isso. Por isso é que eu pedi ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, em votação essa diligência. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam onde estão. (Pausa.) Aprovado. Eu consulto, logicamente, o Sr. Deputado Luiz Bittencourt, que seria um integrante dessa diligência. E eu consultaria quais são os outros Deputados. Foi sugerido um Deputado de Minas Gerais. Quem é que topa? Deputado Mosconi aceita? (Pausa.) Sem dúvida, Deputado Mosconi. Quem é o outro Deputado que aceitaria? Deputado Robson Tuma. De acordo? (Pausa.) Nomeados os três, então, na ... V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Também, Sr. Presidente, para fazer parte dessa Subcomissão, já que a gente mora ali próximo da diligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Da diligência? Seriam três... Então vamos fazer quatro, né? Não tem objeção o Relator, né? Está designado... heim?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O ideal seria que fosse a Comissão inteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom, se mais algum Deputado... Então, sob a coordenação do Deputado Luiz Bittencourt, né?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agora, Sr. Presidente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu acho que com a rapidez possível, né? De preferência hoje ainda ou amanhã, porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Medeiros não quer fazer parte não?

O SR. DEPUTADO MEDEIROS - Eu acho que eu estou muito bem representado...

(Intervenção inaudível)

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, eu abriria mão de participar desta Comissão para que o Deputado Medeiros, que foi quem idealizou esse requerimento, pudesse fazer parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, Deputado Medeiros, V.Exa. é o autor, tem preferência sobre qualquer outra indicação, Deputado, entendeu? Então, seriam os Deputados Mosconi, Tuma, Medeiros...

O SR. DEPUTADO MEDEIROS - Desculpe, eu gostaria imensamente de ir...

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Sr. Presidente, eu abriria mão, porque, dada a urgência dessas diligência, no caso os companheiros aqui tão dizendo que seria hoje, e hoje nós temos outros compromissos na cidade de Campinas. Então, eu abriria mão e o Deputado Medeiros ficaria...

O SR. DEPUTADO MEDEIROS - Infelizmente, quem vai hoje tem de ficar hoje e amanhã. Eu acho que não dá pra ir hoje e voltar hoje. Amanhã eu tenho um compromisso assumido em Pernambuco, não tenho jeito de ir. Agradeceria a indicação, mas...

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Eu também, dado esse compromisso que nós temos hoje, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O nosso Bispo tem compromisso. Então, ficaria o Deputado Mosconi e o Deputado Tuma. Como o Deputado Medeiros não pode, o Deputado Bittencourt, que cometeu a gentileza, aceita ser reintegrado à Comissão? (Pausa.) Então, estão os três iniciais: Deputado Bittencourt, Deputado Mosconi, Deputado Tuma, designados para isso. As providências... Determino à Secretaria que tome as providências administrativas que se fizerem necessárias. Com a palavra, retomando o assunto, com a palavra o Deputado Padre Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ...V.Exa., sei que o processo de discussão é sempre lento, mas nós temos de fazer o que nós chamamos de economia do nosso tempo, porque se nós não adiantarmos o trabalho desta Comissão, por exemplo, nesta nossa reunião, nós temos de chegar a conclusões... Porque daqui a mais, com mais ou menos meia hora, estaremos nós já chamados para o plenário. Então, novamente nova Comissão. Então, é o que nós chamamos economia. Então, fazer essa sugestão à V.Exa., sei que a sua tarefa é muito difícil, mas teríamos de fazer um tipo de racionalização, tornarem-se mais curtas as intervenções. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço a V.Exa. e endereço aos Srs. Deputados, a quem eu tenho feito reiterados apelos para tentar esgotar, mas não me cabe, entendeu? Então, aprovados os requerimentos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, o outro requerimento já tinha sido votado ou não? Não foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - O requerimento do Deputado Ney Lopes foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi votado, aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Está certo. E com o adendo, então, de colocar o depoimento do Ministro, e se possível, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E tudo mais que se fizer necessário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - E, se possível, no texto do requerimento, Sr. Presidente, no texto do requerimento, deveria citar o depoimento

do Ministro, porque apenas cita no texto do requerimento as relações em anexo. Como nós vamos adicionar o depoimento do Ministro, que é muito forte, com os gráficos, eu acho que seria interessante no texto do requerimento adicionar que se inclui também, além das relações anexas, o depoimento do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tá seguindo a sugestão do Deputado Linhares, entendeu? Vou tentar fazer com a maior diligência e com o maior cuidado o texto do requerimento ao Ministro, à SDE, incluindo o pronunciamento do Sr. Ministro. Srs. Deputados... V.Exa. havia pedido a palavra pela ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É. Eu quero pedir a V.Exa. pra colocar em votação dois requerimentos de minha autoria. Não sei qual vai ser a ordem de encaminhamento, mas queria pedir inversão de pauta para votar esses dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só o Relator.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Votar o requerimento do Ney que ainda não votou ainda, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Heim?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos votar o requerimento do Ney que não votamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O requerimento do Deputado Ney, a SDE?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá votado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tá votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá votado, aprovado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É só abrir uma janela pra botar o Luiz Bittencourt e não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, então, se V.Exa. tem dúvida quanto a isso, em votação o requerimento da representação desta Comissão junto a SDE a respeito do preço, nos termos do Relator Ney Lopes. Em votação, se estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Com adendo do Deputado José Carlos Vieira. Está votado. O seu requerimento está votando pela segunda vez, no meu entender, mas, de qualquer forma... Foi requerido aí, então, para evitar qualquer dúvida. Está votado e aprovado por unanimidade. O

Deputado Magela requer que a gente vote... Eu consultaria os Srs. Deputados: nós temos uma série de requerimentos ainda pendentes, alguns assuntos, eu abriria para discussão. Mas antes de fazê-lo eu queria ver os requerimentos pendentes de votação, entre os quais o Deputado Magela pede preferência pra o seu. Onde é que estão os requerimentos do Distrito Federal aqui?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estão na ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem pediu a palavra pela ordem que eu não...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra V.Exa., Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, eu queria voltar um pouco à questão da diligência em Uberlândia, para ponderar o seguinte: essa será a primeira diligência que esta Comissão vai fazer, e vai fazer uma diligência sobre um assunto importante que naturalmente vai ter uma ressonância na mídia. Eu gostaria de ponderar aqui com a Mesa e com aqui o Plenário, se não valeria a pena ampliarmos mais esta Comissão. Se não valeria a pena ampliarmos mais esta Comissão. Parece que uma Comissão de apenas três Parlamentares para uma diligência como esta e que naturalmente nós vamos ter que ouvir lá o delegado, ouvir os donos da empresa que não sei se estão presos ou não estão presos. Enfim, isso naturalmente dará, isso dará ressonância de mídia etc. Então, me parece que a ida de apenas três Parlamentares não sei se não seria... porque naturalmente vai haver uma comparação com o que a CPI do Narcotráfico tem feito. E com... A impressão que eu tinha era que eram mais. Não sei se três seriam... Não sei se... Enfim, então seria bom ouvir o Deputado, como eu tenho.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Pois, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Como nós vamos em Subcomissão, geralmente vai o Relator da área e mais dois membros, até mesmo porque senão a Presidência da Casa não deixa; a não ser quando a Comissão vai em algum

Estado, vai por inteiro. Quando é a Subcomissão, geralmente é o Relator e mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bem, eu... V.Exa., Deputado Mosconi, V.Exa. queria sugerir nomes ou não? Ou diante da ponderação do Deputado Robson.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Porque essa é uma diligência pública que nós vamos fazer lá, e com conhecimento amplo da, enfim, não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Me parece que a ponderação do Deputado Robson é verdadeira. Se nós fizermos uma diligência com mais Deputados, talvez encontremos resistências administrativas da Câmara.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, posso fazer uma proposição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Arlindo tinha pedido a palavra antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria fazer uma ponderação. Primeiro, que nós nos sentimos plenamente representados pelos companheiros Deputados que vão lá estar. O que eu queria observar é quanto ao caráter dessa diligência. Porque, primeiro, a CPI não vai estar, digamos, descobrindo, em apenas uma diligência, nada além do que a própria polícia já descobriu. Então, eu acho que o caráter e o procedimento é que, junto com o Sr. Relator, com a Presidência, deveria ser melhor analisado, porque esse primeiro passo tem que ser bem dado, porque senão poderá haver aí um tipo de reação tentando desqualificar o nosso trabalho, seja no que diz respeito à diligência, seja no que diz respeito à continuidade dos trabalhos. Então, eu... o que me deu um certo calafrio foi quando o Deputado Mosconi lembrou da atuação, vou dizer claramente, da CPI do Narcotráfico, porque ali, em algum momento — eu quero dizer que eu me incluo entre aqueles que elogiamos o trabalho da CPI do Narcotráfico. Agora, que em algum momento houve, me parece, procedimentos que permitiram graus de questionamento variáveis, chegando até a tentar desqualificar o trabalho da própria CPI... Então, eu estou só ponderando isso, porque eu acho que o nosso trabalho na CPI dos medicamentos, digamos, esse primeiro passo vai ser bem dado. Então, nós não podemos, eu acho que... E dá oportunidade, digamos, que a CPI tenha um procedimento não-compatível com um trabalho sério. Então, eu acho que na linha de um trabalho harmônico, sistêmico, eu acho que os

nossos três representantes farão um bom trabalho — eu acho que três tá bom demais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Então, mesmo com a ponderação, com a palavra, assunto resolvido. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria solicitar aos companheiros que tão presentes, o Mosconi e o Tuma — o Bittencourt se ausentou —, na eventualidade de constatarem uma gravidade excessiva, que eles fizessem contato com o Relator ou com o Presidente, e eventualmente o Relator e o Presidente pudessem comparecer, numa segunda etapa, a esta diligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, então, o que diz V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É que as pessoas que fossem a Uberlândia mantivessem contato permanente com a Presidência e com a Relatoria....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... e, se a gravidade por eles avaliada for de uma intensidade maior, aí então o Presidente ou o Relator comparecesse a Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo. Sugestão aceita e encaminhada à Comissão. Bem, o Deputado, o Deputado Geraldo Magela pede preferência pra votação do seu requerimento que está anexo a este volume e que trata da convocação. É... Isso não tem página de ordem, infelizmente não tem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É o seguinte, é o seguinte, depois do Ney Lopes, é o do Magela e do Arlindo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação anterior à questão de requerimentos. No início dos nossos trabalhos, nós havíamos pensado, digamos, de aprofundarmos aí o funcionamento e o trabalho da nossa Comissão. Eu acho que o que foi debatido e proposto e já aprovado está excelente, na minha opinião. O que eu queria sugerir é que nós talvez buscássemos definir aqui, coletivamente, como é que os Sub-Relatores, o Relator e o conjunto da Comissão, como é que nós vamos articular com a

Assessoria, seja a Assessoria da Casa, sejam aqueles técnicos que vêm de outros órgãos, porque eu acho que nós, talvez, ou deixamos em aberto pra se ter a iniciativa direta... Mas eu queria, então. No que tá na Casa e já estão presentes, está ótimo. Agora, por exemplo, quem nós podemos trazer da Receita Federal, do Tribunal de Contas etc? Eu não sei. Já tem, o Relator já nos informou que tinha, ou o Presidente ontem, que alguém já tinha sido designado. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pedi, tá aqui atrás, atrás do Dr. Bruno. Eu tô pedindo, só que hoje ele me falhou. Ele tava numa reunião lá. Eu já pedi ontem, ou ele vai pertencer a nós, ou pertencer ao CADE. Vai ter que haver um documento pra ele ser designado assessor nosso. Ele é especialista em assuntos internacionais e poderia nos ajudar nessa área. Agora, eu acho que a Comissão precisaria, realmente, ter alguns membros a mais pra ajudar a Assessoria, mas eu não sei também, eu não conheço a qualificação da Assessoria do Relator e, portanto, eu é que estava me ressentindo totalmente. Ele tava tendo quase que fazer o trabalho de Relator. Eu mesmo lia todos os materiais etc, estabelecia conclusão. Então, eu tava precisando de um Relator que, ajudando o Relator, o Secretário, o Relator, pudesse também me ajudar em providências que eu pudesse fazer. Como os senhores vêem, a Secretaria tá assoberbada, e eu me ressinto um pouco disso. E venho de uma experiência de um ano de Relatoria do Plano Nacional de Educação, aonde eu me reunia com os Relatores duas vezes por semana, discutia etc, e graças a isso, modéstia à parte, tenho um belo trabalho sobre educação que vai ser examinado pela Câmara agora no mês de março, se Deus quiser. Graças aos bons Relatores que eu tive e às broncas que eu dei com eles.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Broncas no sentido construtivo, como diz... Zelasas, como diz o Deputado, o Deputado Ney Lopes. Então, eu acho que eu podia conversar com o Relator, obter sugestões, e, talvez, se ele julgar conveniente, nós ampliarmos essa Relatoria. Mas eu dependo do Relator do trabalho. Eu acho que é um trabalho, não sei se....

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem. Antes, eu queria fazer uma ponderação. Eu acho que esse tipo de discussão — o Deputado Arlindo Chinaglia tem razão —, mas eu acho que deveria, quero fazer inclusive como encaminhamento, eu acho que deveria a Presidência e a Relatoria

indicar os sub-Relatores, os Relatores-Adjuntos e este conjunto, se fosse o caso até junto com os vice-Presidentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim,

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...os Relatores e os sub-Relatores, fazer uma reunião de trabalho que não necessariamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esta é uma reunião de trabalho.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu sei. Só que de trabalho geral da Comissão. Uma reunião de trabalho que pode ser... Não precisa ser nem aqui, com microfone. Microfone é o objeto de sedução de Deputado, é a coisa mais engraçada que tem. A gente acaba falando desnecessariamente. Então, eu queria propor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Que não é o caso de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Muito obrigado. Eu procuro fazê-lo com moderação. Eu acho que é uma reunião efetivamente de discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E, se me permitir, de nenhum Deputado desta Comissão.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu faço minhas as suas palavras, Sr. Presidente. Eu acho que esta é uma, é um debate pra ser feito da Presidência, os vice-Presidentes, os Relatores e os sub-Relatores, não necessariamente com todos, de como é que vai se dar o trabalho da Relatoria. E eu quero apenas justificar porque eu tenho dois requerimentos propondo a convocação do Secretário de Fazenda do Distrito Federal e o Presidente do Sindicato das Farmácias do Distrito Federal em função daquele aumento que ocorreu recentemente. Eu já justifiquei aqui: aumentou de 10 pra, de 7 pra 17% a alíquota de ICMS, e o aumento nos medicamentos variou de 20 a 40%. Eu acho que isso é urgente. E eu fiz um outro requerimento, Sr. Presidente, é, pedindo a convocação, no mesmo dia que vier o Nilson, do Laboratório Janssen Cilag, que venha o outro, que é o Ney Pauleto, porque as informações que me foram prestadas extracomissão é de que, de fato, este é o organizador da reunião; e eu até proponho que eles sejam ouvidos no mesmo dia. E, exatamente, essas duas convocações vêm no sentido de intensificar, ou melhor, de intensificar o caráter investigativo da CPI e de passar de uma fase de ficar ouvindo Ministros, ficar ouvindo os órgãos de Governo, pra entrar

mesmo onde é que pode estar o problema, que é no cartel. Então, por isso, e eu até queria fazer um apelo pra que a gente votasse e até ouvisse-os, num tempo mais curto possível, porque aí é que eu acho que nós vamos começar a botar o dedo na ferida. Porque até agora nós ouvimos o institucional. Eu acho que nós temos que começar a ouvir o extra-institucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria sugerir. Veja, com referência a... Eu queria saber de V.Exa., de maneira solidária... Nos informou que até a Presidência, digamos, se ressentido de uma assessoria mais direta. Com o trabalho dos sub-relatores, ou, enfim, que a partir de algum momento vai começar a acontecer, pode ser que a gente consiga identificar algum tipo de necessidade. Eu percebo, por exemplo, que, se nós tivéssemos aqui gente do Banco Central, da Receita Federal, da Secretaria de Direito Econômico — não estou com isso questionando a Assessoria da Câmara. Mas me parece que estes profissionais, no seu ofício, poderão ter informações de como opera a máquina maiores do que eu, pelo menos, teria. Muito mais, infinitamente mais. Então, o que eu proponho é que, com a avaliação tanto da Presidência, quanto da Relatoria e dos demais pares, se avalie onde nós vamos buscar este tipo de assessor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Arlindo Chinaglia, realmente, acho que, se nós ficarmos a pedir informações, e se começar a chegar calhamaço e não tiver quem digira direito... Bem, mas isso também precisa um prazo, isso precisa um certo prazo, e o Sr. Relator não me pediu nada ainda nesse respeito. Então, eu transiro a sugestão de V.Exa. a ele; eu vou conversar com ele sobre isso. Se V.Exa. quiser falar, tem a palavra o Relator, pra gente examinar isso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Olha, eu acho que este assunto tem que ter um tratamento informal e pragmático. Informal é de que quem recorre primeiro numa CPI, ao longo do tempo, na Casa todos sabem né, quem é Relator tem que recorrer imediatamente à Assessoria; é o Relator, porque precisa... A gente toca sete instrumentos aqui. Eu saí ontem daqui pra dar um parecer na Comissão de Justiça completamente diferente da matéria constitucional do que estamos discutindo aqui. Então, a minha primeira providência, com o consentimento do Presidente, foi recorrer à Casa, formar uma equipe, que não é exclusividade do Relator. Daí eu dizer: é uma coisa informal. O Presidente nem se fala, ele convoca

na hora que quiser. Como todos os Deputados, eu quero um esclarecimento, quero uma informação. Por exemplo, eu tive a preocupação de sugerir ao Presidente, e ele concordou, e os ofícios encaminhados aqui, aprovados, de V.Exa., fossem feitos por especialistas pra botar observação penal, da, observar o risco da falsificação ideológica, do crime que pode ser cometido se houver uma informação falsificada, e assim por diante. E é assim que tá sendo feito. O Presidente dispõe da estrutura administrativa, muito dedicada, mas muito deficiente, porque falta pessoal, falta material etc, mas dispõe. E eu estou dispondo informalmente da Assessoria, que, se depender de mim, pode ser acionada por qualquer um dos senhores a qualquer momento, é até bom, porque eles vão tendo conhecimento das opiniões diversificadas da Comissão pra me chamar a atenção. Olha, Deputado, nesse assunto aqui, o Deputado Chinaglia me procurou e disse que pensa assim, ou tem... Isso só faz enriquecer o trabalho deles todos que vão me ajudar, quanto da Comissão. E o Presidente, eu acho que já tomou a providência de requisitar, porque tem poderes pra isso, nos órgãos federais, assessores. Agora, vamos ser pragmáticos. Geralmente, quando liberam assessores, quando liberam, é no final da CPI. A gente tem que ser claro. E o que é que se pode fazer com a Receita Federal? Se fala com o Diretor, em outros casos eu tive experiência: "Não, não tem pessoal nem pra minhas tarefas aqui, como é que eu vou?" O que é que o Presidente vai fazer? Vai requerer a prisão dele? Então, a gente vai trabalhando com o que dispõe ou no fim não se faz nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas não tenha a menor dúvida que a sugestão é válida e vamos encarar com muito carinho tudo isso, tanto o Relator como eu, Deputado, não há a menor dúvida. Então, o seguinte: eu gostaria de dizer... Onde é que tá o Deputado Magela?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Saiu, saiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Saiu? Foi embora? Por que?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, tá bom! Mas ele tem um dele especificamente.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então vou deixar esse pra próxima, entendeu? Porque, bom... espero que ele não tenha...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Até porque, segundo norma da Comissão, nós não estamos convocando autoridades regionais e convocando autoridades nacionais. Se é de convocar isso aí nós vamos inclusive ter que rever o requerimento anterior do Deputado Sérgio e outros Deputados que abriram mão de convocar regionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que a prioridade sobre esse requerimento de Nei Pauleto Júnior, convocado... Eu acho que esse requerimento se encontra aí nesse calhamaço, na última linha da reunião do dia 20.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Está confirmado a ouvida de alguma autoridade na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Nós já temos proposta para a próxima semana, quais são as pessoas?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a pauta da semana que vem, é isso que ele quer saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô acertando, tem umas convocações. Quem é que já está certo? O Presidente do Conselho Federal de Medicina e o Presidente da Federação Nacional dos Médicos, já está para o dia 25. Eu espero poder acertar mais um ou dois pro o dia 26, também.

(Não identificado) - 25 é terça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É terça-feira, já tem dois para terça-feira.

(Não identificado) - O primeiro, quem é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O dia 25 é o Dr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Medicina ou Farmácia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Medicina. E também o Dr. Héder Murari Borba, Presidente da Federação Nacional dos Médicos. Achei que seria bom botar os dois juntos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E nós vamos trazer mais uns desses já aprovados, entendeu, seguramente, entendeu?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dia 26, no dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dia 26, entendeu? Dia 26, que é quarta-feira, pela manhã, vamos ver se a gente coloca até uns três, entendeu? Eu não quis marcar ainda quarta-feira nada porque eu tô com uma promessa de que viria o Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, do SDE. Que eu considero, os senhores me desculpem...

(Não identificado) - À vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...na cadeia, na cadeia, considero esse depoimento importante pra gente ver: Vigilância Sanitária, Secretaria de Acompanhamento Econômico — SEAE, CADE e SDE, que são os quatro grandes órgãos federais de atuação, assim, terminal, entendeu? Então acho que é importante. Mas eu queria botar em votação esse requerimento dos Deputados Arlindo Chinaglia e Geraldo Magela, convocando o Nei Pauleto Júnior, do Laboratório Janssen Cilag para a mesma data do depoimento do Sr. Nilson Ribeiro da Silva. Em votação. Os Srs. Deputados... Aprovado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Antes de votar com a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, mas foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aprovado o mérito?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sobre o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Era que, já que nós criamos essa jurisprudência da quinta-feira pela manhã, que fosse tentada a possibilidade de ouvir os dois em sessão secreta, na quinta-feira, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sessão secreta, é?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, eu acho, na minha proposta, porque depois pode-se divulgar, mas são coisas que eles vão... Eles podem temer pressões e tal. É bom que a gente ouvisse em sessão secreta, na minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Convocá-los pra próxima quinta-feira?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Quinta-feira, 8h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quinta-feira, pela manhã? Os senhores estão de acordo com o horário de 8h?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Ou 9, ou 7 da manhã, depende.

(Não identificado) - Nove horas da manhã.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Oito foi uma boa experiência, uma boa experiência...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - 8h30min, vai, pronto! Nem 8 nem 9.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Regimentalmente, a CPI se reúne a partir das 9h. Dizem que não funcionam os mecanismos da Câmara antes das 9h.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nove horas, fechado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vocês concordam, 9h? Fechado, sessão secreta?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sessão reservada, né? É mais bonito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Aqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aqui mesmo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sessão reservada, fica mais bonito que secreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é o caráter de reservada e secreta, qual é a diferença?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente, um problema. Se nós fizermos uma sessão secreta — nós discutimos isso também na CPI do Narcotráfico — se nós fizermos uma sessão secreta, tudo que aqui for falado será secreto e não poderá ser usado em momento nenhum nem no relatório final. Só será como subsídios de mentalização e de direção de qualquer tipo de assunto ou qualquer tipo de coisa que nós fazemos. Na sessão reservada, não; na sessão reservada nós poderíamos usar isso, o Relator pode usar isso no Relatório final e também esses assuntos poderão ser amanhã encaminhados ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estou informado que nós teríamos que excluir daqui, na sessão secreta, funcionários e assessores também.

(Não identificado) - Na reservada, não.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu não sabia dessa distinção.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Na reservada os funcionários podem ficar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu, humildemente, perguntei à assessoria qual é a diferença.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu aprendi também, eu não tava sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, vamos fazer a reservada. De tal forma que terão acesso Deputados, assessores e funcionários, entendeu? Tá aprovada a sugestão do Sr. Relator. Heim?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tal como hoje, entendeu? Muito bem. Agora... Hein?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não briguei nada; eu perguntei, inocentemente, perguntei aqui, eu não sabia e o Relator, também. Bem, eu queria o seguinte: nós ainda temos mais matérias a decidir e a votar...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - A matéria do requerimento aqui da convocação do Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Presidente do Banco Central... Eu acabei de informar, esse requerimento já foi aprovado, já expedí um convite, ele mandou um substituto e nós, a Comissão não aceitou o substituto. Oficiamos a ele, e ele está previsto provavelmente para 1º ou 2 de fevereiro. Virá!

(Não identificado) - É outro requerimento dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão, não é o Presidente do Banco Central?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, tem um do ex-Ministro Jamil Haddad...

(Não identificado) - Esse aqui, esse que tá aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, sim, o requerimento. Requeiro aos Srs. Deputados que seja convocado para depor... o Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É, esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas o Presidente do Banco Central tá convocado, tá marcada data!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É, esse tá resolvido, tá resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estou com a razão, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Tá, tá, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô com a razão, entendeu? Então, de forma que ele já está convocado, entendeu, e tá vindo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Tudo bem, Presidente. Muito obrigado. Eu queria resgatar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse tá prejudicado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ... esse do Deputado Luiz Bittencourt, sobre o ex-Ministro Jamil Haddad. Acho que é importante a presença em futuro breve do ex-Ministro Jamil Haddad, pela sua experiência, por todo o trabalho que teve ao longo da sua vida e no momento histórico que teve sobre a questão dos tratamentos com medicamentos, a Lei dos Genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tenho aqui a planilha que pedi pra assessoria, que não pôde fazer; eu queria ter uma planilha total, porque nós todos, nós todos estamos...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Esse, do Deputado Luiz Bittencourt.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, eu queria... O Deputado Bittencourt não está presente, e é uma norma nós não votarmos requerimento quando os Deputados não estejam presentes. Então, primeira questão. A segunda questão, é que eu queria colocar para os Srs. Deputados que uma reclamação que eu escuto dos Srs. Deputados é que nós estamos convocando gente demais, que nós temos que chegar nos laboratórios. Então, se nós, a cada reunião, aprovarmos duas ou três convocações, vamos ficar com um monte de pessoas. E então eu ponderaria que nós... Talvez, esses requerimentos que não têm uma coisa presente, a gente pudesse deixar. Todavia, se V.Exa. insistir em votar, o Relator tá inteiramente de acordo, só que nós... Entendeu? É que eu queria primeiro prever, porque nós estamos aqui querendo entrar nos laboratórios, querendo enfrentar o problema dos laboratórios, não é? Então, nós ainda temos uma pauta, que é o SDE. Vejam: nós temos já aprovados para ouvir o Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Secretário de Direito Econômico, e esses dois médicos que

virão; o Dr. Jaldo de Souza Santos, Presidente do Conselho Federal de Farmácia; a Dra. Gilda Almeida de Souza, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos; o Dr. Fernando de Castro Marques, da ALANAC; o Dr. Pompilho Mercadante Neto, da FURP, que foi falado aqui da repercussão do trabalho; o Dr. José Rubem de Alcântara Bonfim, da SOBRAVIME; o Dr. José Eduardo Bandeira de Mello, da ABIFARMA, que já está marcado para o dia 2; os Drs. Nilson Ribeiro da Silva, do Laboratório Janssen Cilag, e esse outro doutor que acabamos de aprovar agora; o Dr. Aparecido Bueno Camargo, Presidente da ABRAFARMA e ainda tem uma audiência pública lá do problema das farmácias de manipulação e da Secretaria de Educação do Rio Grande, que é uma experiência extraordinariamente boa, viu pessoal? Na linha dos laboratórios públicos de fornecer aquilo que os senhores falam, medicamento barato para a população. Esta experiência junto com a FURP eu acho que constitui coisas valiosíssimas, entendeu?

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Podemos até tentar fazer vir juntos isso aqui, entendeu? Vamos tentar fazer vir juntos. A FURP nós vamos lá, vamos fazer uma visita, né? Eu acho que em São Paulo, eu vou tentar marcar. Posso marcar para as segundas-feiras uma visita dessas? Os senhores estão de acordo?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim, sim, segunda-feira ou qualquer segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qualquer segunda-feira essas visitas. Nós temos duas visitas marcadas: ao Instituto Manguinhos e ao INPI, no Rio. Agora, se nós estamos criando um Sub-Relator, vamos manter a visita ao INPI?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim, sim, acho que é importante.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mantém a visita e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A visita é da Comissão! A visita é decidida pela Comissão. Pode falar V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Talvez, Sr. Presidente, a Subcomissão poderia representar a Comissão nessa visita à FURP, a Manguinhos, clínicas e INPI.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ou inverso, Arnaldo, podíamos fazer o seguinte, veja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tem subcomissão, nós temos Sub-Relator e só temos uma diligência designada!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, vou fazer uma sugestão. Como ela foi concebida e aprovada pra uma visita da comissão e nem todos os Deputados irão, evidentemente que se...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Chama a subcomissão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...alguém tiver indicado como Sub-Relator, ele vai dar continuidade; agora, a visita fica mantida como visita da Comissão, Aí na continuidade, aquele que for designado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo, eu vou tomar essas providências a partir de hoje. Bom, então fica...Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria insistir aqui no Deputado atual Jamil Haddad em função inclusive dessa visão que, aprovada a sub-relatoria que o Deputado Arnaldo Faria levantou, é a visão mais de uma política nacional de medicamento, macro. E é disso que a Comissão vai pegar o depoimento. Mas era importante que o Sub-Relator dessa política nacional de medicamentos, de política farmacêutica, tenha o depoimento do Deputado Jamil Haddad, porque ele tem muita contribuição a dar. Então nós aprovaríamos. E, num momento X desta CPI, que não é este agora, nós tenhamos ele como um elemento que vai compor essa política nacional. Esse depoimento é importante! Pronto, pode ouvi-lo lá no Rio ou aqui mesmo chamar, ex-Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas se o Sub-Relator vai ouvi-lo nós não podemos convocá-lo; se nós tivermos de convocar ele terá que vir aqui, heim, Deputado?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, se a Comissão convoca, aprovamos esse requerimento, não pode ser ouvido pelo Sub-Relator com a subcomissão de Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, Deputado. Se ele for convidado, virá para o plenário da comissão numa audiência pública marcada e tudo mais. Se o Sub-Relator desejar ouvi-lo poderá fazê-lo onde quer, ou aqui, no gabinete, ou ir... Ele deve ser Secretário de Minas hoje, né? É Haddad, ele foi Ministro do Itamar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Ele é Deputado estadual.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, por favor, eu acho que um homem da estatura de um ex-Ministro ele tem que ser ouvido no plenário da Comissão porque mais importante do que o que ele vai falar para os Deputados vai ser para a sociedade, e gera um fator de pressão. Então eu queria sugerir ao Presidente e ao Relator que dos vários que já aprovamos, e eu... Digamos, eu estou entre aqueles que defendem firmemente a vinda aqui do Ministro Jamil Haddad, ex-Ministro. Então, eu faço uma seleção. Então, por exemplo, tem alguns que têm alguma conjunção de atividades; podemos ouvir três aqui de uma vez, não é o caso do ex-Ministro. E aquilo que for continuidade, o Sub-Relator vai, ouve reservadamente para pegar dados, aprofundar documentos etc. Acho que facilita e aí me parece que o Relator já tava com essa idéia. Então pega, por exemplo, Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Enfermagem, teoricamente, vamos imaginar. Coloca os três aqui e vamos ouvir, e a gente ouve os profissionais, depois, laboratórios, ALANAC, SOBRAVIME...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Certo, tudo bem, não há problema nenhum. O problema nosso é que convocar um ex-Ministro... Depois vai haver um Deputado que quer convocar outro ex-Ministro, e tudo mais. Como o autor não está aqui e nós tínhamos decidido que, não estando o autor, nós não deliberaríamos, e como temos mais gente, entendeu? Eu deixaria se o Deputado Novais quisesse pra nós decidirmos terça-feira pela manhã, terça-feira pela manhã com a presença do Deputado. Terça pela tarde, terça a reunião é à tarde, né? Terça à tarde. Então eu vou trazer na próxima, Srs. Deputados, eu vou trazer uma planilha na próxima terça-feira de todos os requerimentos complementando isso aqui, os convocados. E isso que eu acabei de informar, que, aliás, os senhores têm aí, daqueles que estão... Pra gente então fazer, talvez, uma nova leva de convidados aí, entendeu? Agora, se quiserem, eu não me oponho a Jamil Haddad, tenho admiração pelo Deputado Jamil Haddad. Quero apenas é critério, critério que nós decidimos hoje aqui. Como também o Deputado Magela pediu preferência, mas se retirou, e a gente não convocou o secretário; convocou o outro porque estava aqui o co-autor. Se o Deputado Sérgio Novais concordar, faço assim, assim, e eu ponho em votação. Concorda?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu não sei se os Srs. Deputados têm mais algum assunto ou se nós devemos por hoje considerar a tarefa resolvida. Vamos encerrar. Eu quero agradecer, quero felicitar os Deputados pelo trabalho que realizamos hoje. Muito obrigado.